

**Questões indígenas no Paraná:
sequências didáticas para o
ensino de História**

Nadia G. Gonçalves (org.)



**Questões indígenas no Paraná:
sequências didáticas para o
ensino de História**

Nadia G. Gonçalves (org.)

Setor de Educação - UFPR

Curitiba, 2023

Imagem da capa

Escultura de João Acosta, artista mbya guarani, 2017.

Fotografia de Douglas Fróis, acervo MAE-UFPR.

Imagem da Exposição *Nhande Mbya Reko: nosso jeito de ser Guarani*, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, disponível em <https://mae.ufpr.br/nhande-mbya-reko-nosso-jeito-de-ser-guarani/>

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Q58 Questões indígenas no Paraná : sequências didáticas para o ensino de História /
Nadia Gonçalves (org.) – Curitiba : UFPR / Setor de Educação, 2023.
1 recurso on-line : PDF

ISBN: 978-65-5458-210-0

1. Educação – Estudo e ensino. 2. História – Estudo e ensino. 3. Indígenas
– Paraná. 4. Aldeias indígenas. 5. Reservas indígenas. I. Gonçalves, Nadia. II.
Título.

CDD 370.7

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

APRESENTAÇÃO

Este material é uma produção da equipe de 2022¹, do Projeto de Extensão *Ensino de História: diálogos e possibilidades*. Na dinâmica do Projeto, embora tenhamos três estudantes diretamente envolvidos/as na produção das sequências didáticas, com uma orientação mais direta de docentes participantes, houve a contribuição de toda a equipe, na discussão das versões apresentadas, com sugestões e indicações de fontes e referências, para o aperfeiçoamento das propostas didáticas, até sua aprovação.

Para seu desenvolvimento, foram utilizados inicialmente, como base, os Catálogos do Arquivo Público do Paraná, referentes aos indígenas no Paraná provincial – 1853-1870, volumes 3 e 4. A partir da seleção de fontes nos Catálogos, houve a consulta a elas, por meio do acesso permitido pela Divisão de Pesquisa do Arquivo, e agradecemos a Marina Braga Carneiro e Dora Silvia Hackenberg pela atenção à equipe do projeto. Além disso, houve uma ajuda importante na orientação para a transcrição das fontes, e aqui registramos nosso agradecimento ao técnico da UFPR, André Akamine Ribas, do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Além dos documentos do Arquivo Público do Paraná, outros documentos e referências bibliográficas foram agregados às propostas, na medida em que elas eram desenvolvidas.

As sequências didáticas foram elaboradas pensando no ensino de História, e com indicação de um ano escolar de referência. Porém, este material poderá ser utilizado por docentes da educação básica, da forma como avaliarem ser pertinente, seja na íntegra ou em partes, seja para a série indicada ou outra, e mesmo, por vezes, utilizando o documento, mas com outra proposição de atividade. O formato da diagramação foi pensado tanto para possíveis projeções dos materiais, quanto para impressões, para uso em sala de aula.

¹ Com uma pequena atualização no final do trabalho da Nathaly.

O objetivo deste material é trazer subsídios, historiográficos e didáticos, para que a temática indígena possa ser abordada com maior frequência e de forma fundamentada em sala de aula, e em especial, trazer subsídios sobre particularidades relativas ao Paraná.

Docentes de História, sabemos da necessidade e relevância de abordagem desta temática em sala de aula, em perspectiva histórica, nestes tempos em que violações de direitos humanos e ameaças diversas à dignidade dos povos originários continuam, e são agravadas, por valores e projetos voltados para a destruição da vida e da natureza, visando ao lucro de alguns poucos.

Na obra *Compromissos éticos da docência em História*², organizada pela Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH, 2022), são destacados os compromissos com a democracia, com o direito à educação, com os direitos humanos e os direitos da natureza, com a autonomia docente, com o conhecimento científico, com os métodos da História para a formação do cidadão, com a compreensão das relações de opressão em perspectiva histórica, com o direito à memória, com o trabalho de temas sensíveis, e com o direito à História. Acreditamos que esta produção coletiva do nosso projeto é perpassada por todos eles.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram e colaboraram para sua elaboração, e esperamos que este material possa ser útil para docentes comprometidos com o ensino de História, e com um projeto de país em que o respeito à cultura, à história, à vida e aos direitos dos povos originários seja valorizado e fortalecido.

Curitiba, novembro de 2023.

Nadia G. Gonçalves

Coordenadora do Projeto de Extensão *Ensino de História: diálogos e possibilidades*

² Disponível em https://www.abeh.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=14

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

SUMÁRIO

Luta pela terra, reconhecimento do trabalho e acerto de memória: a construção do Paraná enquanto dívida com os povos indígenas - <i>Alex de Lima Ferreira</i>	7
Mansos e selvagens: problematizações a partir dos caciques Veri e Condá - <i>André Sefrin Nascimento Pinto</i>	45
A política indigenista de aldeamentos no Paraná no século XIX - <i>Nathaly de Moraes Dias</i>	74
Referências sobre a temática indígena	98

**LUTA PELA TERRA, RECONHECIMENTO DO
TRABALHO
E ACERTO DE MEMÓRIA:
A CONSTRUÇÃO DO PARANÁ ENQUANTO DÍVIDA
COM OS POVOS ÍNDIGENAS**

Autor principal: Alex de Lima Ferreira

Orientador: Wilian Carlos Cipriani Barom

Objetivos

- Evidenciar como o trabalho indígena foi mobilizado para a “construção do Paraná” ao longo do século XIX, debatendo as características específicas que o aproximam do trabalho escravo ou análogo à escravidão.
- Problematizar como a memória sobre o papel desempenhado pelos povos originários neste processo de formação e gradual modernização do estado foi apagada do discurso oficial, embora subsista nos documentos da administração pública.
- Discutir o impacto do discurso civilizatório e das teorias raciais na tutela indígena pelo Estado, processo marcado por uma violência em diversos campos, bem como o legado dessa política nos dias atuais.
- Questionar as eventuais contradições da tese do marco temporal a partir da análise sobre o processo de ocupação do estado e os conflitos pela terra.

Série indicada: 8º ano do Ensino Fundamental

Unidade temática: O Brasil no século XIX; Configurações do mundo no século XIX

Objetos de conhecimento: O escravismo no Brasil do século XIX; Políticas de extermínio do indígena durante o Império; O discurso civilizatório nas Américas, o silenciamento dos saberes indígenas e as formas de integração e destruição de

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

comunidades e povos indígenas; A resistência dos povos e comunidades indígenas diante da ofensiva civilizatória

Objetos de aprendizagem: (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. – Identificar a utilização do trabalho escravo de povos originários, africanos e afro-brasileiros na história do Paraná, compreendendo as relações econômicas, de poder e de trabalho, analisando na história brasileira os processos de reconhecimento dos direitos dos povos originários, quilombolas e demais comunidades tradicionais do Paraná e do Brasil; (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império, entendendo as consequências dessas políticas no Paraná e Brasil; (EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas. (BRASIL, 2018, p. 426, 427)

Documentos utilizados: ofícios administrativos disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado do Paraná, Carta Régia do Príncipe Regente (1808), depoimento do indígena Tikuem Araxó da tribo Xetá (2000), cartografias e notícias de jornal.

ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS

O professor poderá utilizar o texto de apoio apresentado logo abaixo, para contextualizar a discussão esperada em sala de aula sobre a questão fundiária, o trabalho indígena e os processos de apagamento destes indivíduos da memória oficial do Paraná. Todavia, seria interessante estimular que a turma buscasse mais informações sobre os grupos indígenas que aqui viviam e os grupos remanescentes. Desse modo, são apresentadas algumas atividades que podem direcionar a turma neste sentido, devendo ser trabalhadas em três momentos. Também se espera

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

proporcionar um debate mais aprofundado por parte dos estudantes a partir da leitura e interpretação dos documentos oficiais da administração dos indígenas, disponibilizada pelo Arquivo Público do Paraná. Privilegia-se como forma de avaliação o trabalho processual em equipes, com até quatro alunos.

TEXTO DE APOIO AO PROFESSOR

Terra, trabalho e memória: experiências indígenas no atual território paranaense durante o século XIX

Embora o discurso oficial sobre a construção do Paraná, mesmo antes da emancipação do território como 5ª Comarca de São Paulo, privilegie uma história pacífica e romantizada, especialmente sobre o elemento da migração europeia, a ocupação do território paranaense foi marcada por intensos conflitos de interesses, processos de exclusão e silenciamentos. A suposta necessidade de povoar, ocupar e “civilizar” a região, como aponta Joseli Mendonça (2016), foi, por muito tempo, justificada na tese de “vazios demográficos”, desconsiderando-se plenamente a população nativa e os chamados “caboclos” que ali habitavam.

A introdução de estrangeiros, que passou a ser associada com a ideia de “desenvolvimento” da região, moldou o imaginário e as políticas públicas que foram implementadas ao longo dos anos e possuem efeitos até os dias de hoje. O docente poderá entrar em diálogo com a turma, neste momento, para questionar o que é desencadeado por este contexto. Questão fundiária e direito à memória, como problemas ainda presentes, são dois elementos importantes a serem destacados. E, afinal, quais etnias constituem os povos originários do território paranaense? O que a classe conhece a respeito?

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

► **Seção para debate: história local e direito à memória**

A história do território paranaense começa somente após a sua definição como província independente, reformulando-se as fronteiras do Estado nacional?

A história de seus habitantes existe somente em paralelo à história da colonização?

Durante a história colonial e imperial do Brasil, duas imagens contrastantes foram concebidas e veiculadas sobre os indígenas, de forma inteiramente simplista e reducionista: o selvagem e o gentio. A primeira representação, através das noções de “bárbaro” e “incivilizado”, legitimava o uso da violência contra grupos de indivíduos que constituíam um forte empecilho aos interesses dos colonizadores. Assim, os povoadores brancos abriam o caminho para a apropriação de terras pela via do extermínio, o genocídio e etnocídio indígena. Por sua vez, a docilidade obedecia ao mesmo projeto com a tentativa de assimilação e tutela, também uma forma de violência que procurava integrar os indígenas aos costumes e hábitos ocidentais, ao mesmo tempo em que descaracteriza-os como sujeitos.

Podemos observar, como exemplo dessa primeira caracterização, o indígena “selvagem” e indomável nos discursos que revelam as táticas de resistência à ocupação da região hoje denominada Campos de Guarapuava, que integrava parte da administração do governo da Capitania de São Paulo. Alvo de sucessivas bandeiras militares, segundo a historiadora Tatiana Takatuzi (2018), o local passou a ser denominado “Guarapuava”, palavra de origem Guarani, justamente devido à ação de bandeirantes no processo de expansão territorial. Entretanto, a região já era habitada à época das bandeiras pelos povos Kaingang, os quais chamavam os campos de *Coranban-grê*, e os Xokleng (também denominados pejorativamente de “Botocudos”), que, ao tentaram deter o avanço dos colonos, ficaram conhecidos pela hostilidade.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Quando esses grupos viram seus territórios ocupados por homens de São Paulo e da Vila de Pawranaguá, buscaram frear a ocupação por meio de ataques aos fazendeiros, viajantes e tropeiros, conseguindo que algumas das estradas fossem abandonadas. Passaram então, a ser considerados obstáculos à expansão das fazendas por ocuparem terras que propiciariam investimentos lucrativos, bem como pelo fato de atacarem tropas ou abaterem gado para se alimentar (TAKATUZI, 2018, p. 81 e 82).

Estes processos de resistência também foram silenciados pela narrativa oficial, que apresenta todos os grupos indígenas como agentes passivos da história. Conforme analisa Manuela Carneiro da Cunha,

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (CUNHA, 1992, p. 17 e 18).

Já o projeto de assimilação foi estabelecido pelas políticas de apresamento, aldeamentos e catequização forçada, articuladas desde o século XVIII sob o período da administração pombalina, por meio do “Diretório dos Índios”. Conforme revelam os autores João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire (2006, p. 70) este órgão não apenas dispunha sobre a liberdade dos indígenas como também reorganizava-os nos aldeamentos. Ou seja, podemos refletir sobre como as próprias divisões étnicas dos agrupamentos indígenas eram desrespeitadas pela política indigenista da época.

Constavam como objetivos a serem almejados pelos diretores “a dilatação da fé; a extinção do gentilismo; a propagação do Evangelho; a civilidade dos índios; o bem comum dos vassallos; o aumento da agricultura; a introdução do comércio; e finalmente o estabelecimento, a opulência e a total felicidade do Estado” (ALMEIDA, 1997 *apud* OLIVEIRA, FREIRE, 2006). Desse modo, o propósito colonizador, mesmo

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

quando as aldeias eram transformadas em vilas, mantinha a autoridade branca sobre os nativos com a falsa justificativa sobre a incapacidade destes povos em se autogovernarem.

Tal “civilização” era realizada em escolas públicas, onde na prática eram ensinados ofícios domésticos e para subsistência. Quando enfim “civilizados”, isto é, controlados pela administração, eram batizados com nomes e sobrenomes portugueses, não mais sendo chamados de “negros da terra” ou pelo nome de que dispunham em sua própria língua.

O estilo de vida comunitário, o uso da língua indígena, a prática de seus próprios ritos, eram reprimidos por essa reorganização de suas experiências aos moldes portugueses e ocidentais. Nos aldeamentos, valorizava-se as atividades comerciais e agrícolas, incentivando-se produções avantajadas por meio da concessão de maiores privilégios e honrarias (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p. 71).

Todavia, a sujeição dos indígenas a esta forma de “trabalho assalariado” é permeada por diversas contradições. Sob a estrutura do Diretório e mesmo após a extinção dessa instituição, conforme explicam Oliveira e Freire, com a devida contabilização, os diretores dos aldeamentos controlavam o pagamento de dízimos sobre a produção dos indígenas, intermediavam as práticas comerciais, definiam valores e o modo como as trocas deveriam ser realizadas (dinheiro ou bens). Nas expedições e demais atividades que empregavam o trabalho indígena, apenas uma parte dos lucros era repassada aos próprios indígenas, devendo ainda ser oferecido um valor deste retorno aos diretores.

A partir dessa exposição, o professor poderá questionar se este modo de trabalho se distancia completamente do escravismo ou mantém elementos próximos. O caso dos escravos de ganho neste contexto pode ser retomado para contribuir com o debate. Afinal, o indígena que desempenhava as atividades demandadas nos aldeamentos era plenamente senhor de sua força produtiva? Era valorizado de forma justa por essa força produtiva? Mesmo oferecendo trabalhos que pudessem beneficiar toda uma coletividade, nas primeiras vilas, por exemplo, estes deveriam redistribuir o parco valor de seu próprio trabalho para aqueles que já eram beneficiados por este

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

trabalho (a administração católica e os diretores). O valor de retorno desse trabalho como bem próprio ao indígena se tornava, portanto, irrisório. Em suma,

a política de aldear índios tinha por objetivo, na prática, transformá-los em uma força de trabalho habilitada e espoliá-los de grandes extensões de terras. Em todo esse período, até o final do séc. XIX, buscava-se concentrar e sedentarizar os índios, torná-los produtivos, mão-de-obra de agentes do Estado, de missionários e colonos que os instruíam nos ofícios e os submetiam às leis. (ROCHA, FREIRE, 2006, p. 74)

No século XIX, novas medidas arbitrárias buscaram igualmente solucionar o “problema” do indígena enquanto empecilho para o ideal de desenvolvimento e modernização, repercutindo mesmo no território do atual Paraná. No reinado de D. João VI no Brasil, em 1808, as Cartas Régias defendiam o mecanismo da *guerra justa* contra os “índios Botocudos”, que ofereciam resistência aos colonizadores. Esses documentos também estabeleciam a destituição de terras dos indígenas sob apresamento (referente à captura daqueles mais resistentes, para trabalho “servil” ou “domesticação” nos aldeamentos oficiais), consideradas como “devolutas”. Já sobre a Independência, em 1845, o Regulamento das Missões também permitiu a remoção e a reunião de aldeias, o arrendamento de terras e o aforamento para habitação. Outro golpe ainda mais duradouro viria com a promulgação da lei das terras em 1850, que passou a regulamentar as posses de terras dispostas por particulares e estabeleceu uma política pública para as terras devolutas. Na prática, esta lei fundamentou a espoliação das terras habitadas por indígenas.

Assim, a questão indígena passou a ser discutida em meados do século XIX na esfera agrária e não mais exclusivamente pelo fator da mão-de-obra. A partir da lei das terras delimita-se que elas seriam reservadas com o objetivo de colonizar as populações nativas. Depois de 1854, um acréscimo dessa lei decretava que os inspetores e agrimensores deveriam contabilizar a quantidade de nativos nas terras devolutas e informar ao Diretor Geral das Terras Públicas para que indicassem os lugares para o aldeamento e os meios para obter essas extensões territoriais (MOTTA, 1998). Neste período, documentos da administração oficial da recém Província do

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Paraná são reveladores do processo de luta pela terra e silenciamento dos habitantes autóctones, que paulatinamente foram expulsos e redistribuídos em áreas mais distantes para não oferecerem risco à “civilização”.

► **Para conhecer mais...**

Os Kaingang e sua relação com o território

O vínculo dos tradicionais povos Kaingang com o território, a sua terra (*Gâ*), é bastante intimista e significativo. Conforme Strachulski e Alves (2019), esta dimensão espacial é percebida como o *locus* onde a cultura Kaingang existe e se propaga no tempo. A própria memória da coletividade é enraizada na relação cotidiana com o território, uma vez que *Gâ* representa tanto o território étnico original quanto o solo, espaço onde o povo se realiza biológica e culturalmente. A importância desta ligação está presente também no mito de origem do povo Kaingang, o qual estabelece que os primeiros ancestrais saíram da terra. A terra os fez nascer, portanto também se define como um “universo físico-espiritual”, que resulta em tantas outras narrativas para a etnia. Além disso, os Kaingang estariam ligados à terra tanto no início quanto no final de suas vidas: quando nasce um indivíduo Kaingang, o seu cordão umbilical é enterrado no mesmo local onde ali se pretende velar o corpo depois da morte (TOMMASINO, 2000 apud STRACHULSKI e ALVES, 2019). Assim, a terra não caracteriza apenas um meio de subsistência ou bem material, mas também um elemento sociocultural de extrema importância que diz respeito à própria manutenção de vínculos ancestrais. É a partir dela que são conservados os ritos, crenças, saberes e modos de viver do povo Kaingang.

A política dos aldeamentos também é registrada nesses documentos, oferecendo novas interpretações sobre a complexidade do sistema quando refletimos sobre o trabalho indígena e a contribuição deste para a “modernização” esperada pelos colonizadores. Isso posto, especialmente com a abertura de estradas que inteligavam a província aos setores estratégicos de escoamento de produção, usando

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

o emprego da mão de obra indígena proveniente das colônias militares como Jataí e São Pedro de Alcântara. Todavia, no discurso da memória oficial, a atuação indígena na “construção do Paraná moderno” é completamente apagada. Ainda em nosso século, as propriedades indígenas são ameaçadas face aos interesses de grupos latifundiários representados pelo Estado e a incerteza na demarcação de terras.

Ao longo da história do território paranaense muitos indígenas que tinham a posse legítima foram expulsos de suas propriedades, acarretando na perda de direitos de herança territorial para seus descendentes. Desde o final do século XIX, indígenas sem terra lutam pelo reconhecimento de posse sobre as mesmas e ainda sofreram diversas vexações para serem identificados como “indígenas de verdade” (Moreira, 2002 APUD ROCHA, FREIRE), tendo em vista que setores da sociedade recusam a concebê-los como tal por acreditarem na permanência de uma imagem estática e monolítica do indígena à época da colonização. Isso demonstra como a questão fundiária é um tópico importantíssimo de discussão no estado, interferindo na própria formação de identidade de seus habitantes.

Atividades

Parte 1 - Questões para apresentação inicial da proposta

1. Considere o enunciado do texto que busca sintetizar a reportagem da Gazeta do Povo, “Paraná “nasceu” há 10 mil anos”, publicada por Diego Antonelli (documento 1).

1.1. Discutindo entre seus colegas, indique caso conheçam alguma reserva indígena.

1.2. Com o auxílio do professor, elaborem eventuais comparações do mapa que trata da distribuição indígena ao longo dos séculos XVI e XVII (documento 2) e o mapa referente às reservas atuais, em 17 localidades (documento 3).

2. Em grupos, pesquisem ao menos duas reservas indígenas da listagem presente no documento 3. Procurem identificar quais etnias vivem na região e demais

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

informações que presumirem relevantes, especialmente notícias atuais sobre os grupos indígenas que vivem no local. Como sugestão, recomenda-se o uso do site <<https://terrasindigenas.org.br>> como uma fonte de informação interessante.

2.1. Considerando a exposição inicial do professor e as atividades anteriores, qual a importância de se distinguir um “aldeamento” da noção de “reserva indígena”? Apresente a contextualização de cada termo.

Documento 1

Trecho que sintetiza a matéria da Gazeta do Povo, "Paraná "nasceu" há 10 mil anos", publicada por Diego Antonelli

Evidências arqueológicas revelam que o território do estado do Paraná já era habitado por povos originários desde 10.000 anos antes da conquista dos colonizadores portugueses e espanhóis, como os povos sambaquieiros que se encontravam no litoral. A reportagem da Gazeta do Povo, trata desta constatação histórica, afirmando que a região era "tomada" por cerca de "200 mil índios", ancestrais dos povos Kaingang, Xokleng, Xetá e Guarani. No entanto, atualmente, menos de 1% do território paranaense é reconhecidamente demarcado como terra indígena pelo Governo Federal.

Fonte: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-nasceu-ha-10-mil-anos-1q0kg73v7hayozuzj8t1bkh8u/>>

Documento 2



Mapa da distribuição dos povos indígenas no Paraná entre 1540 e 1640, elaborado por Cláudia Parellada e José Luiz de Carvalho

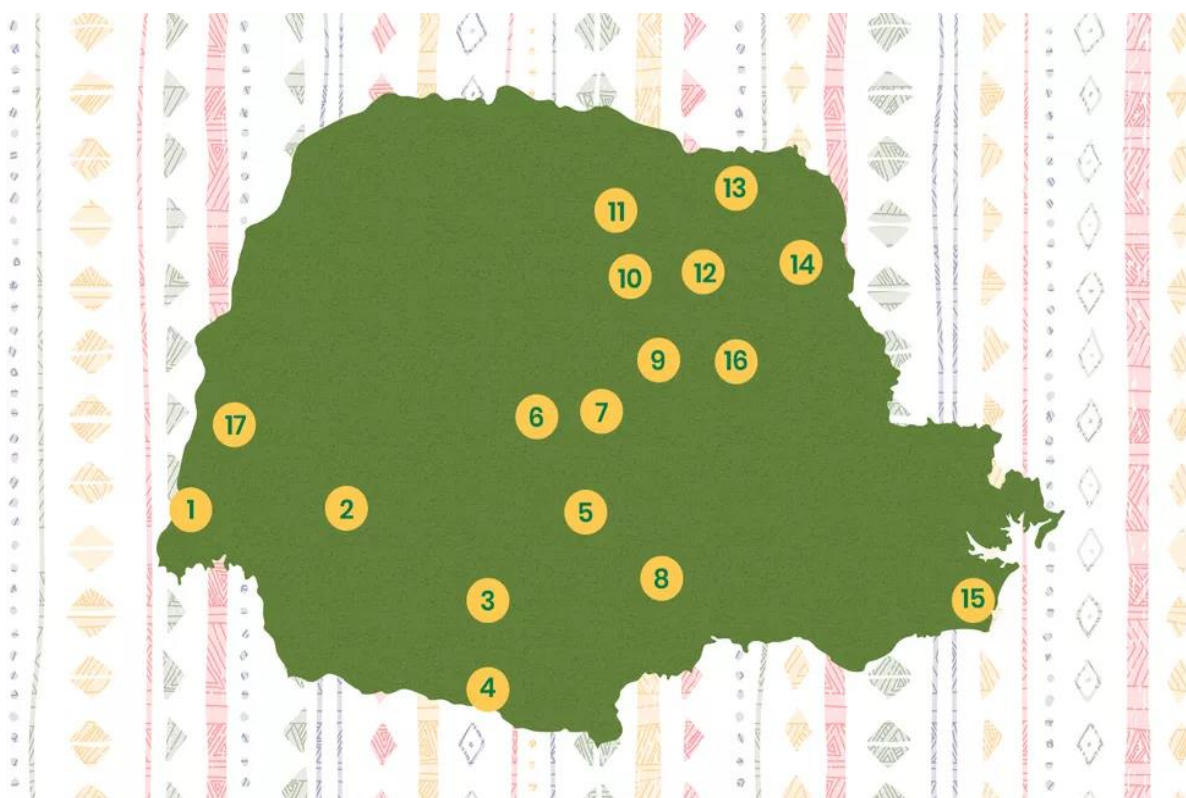
Mapa extraído da matéria da Gazeta do Povo, "Paraná nasceu há 10 mil anos atrás", escrita por Diego Antonelli. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-nasceu-ha-10-mil-anos-1q0kg73v7hayozuzj8t1bkh8u/>>.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 3



Localização das terras indígenas no estado do Paraná (2019)

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1 - Reserva indígena Ocoí | 10 - Reserva indígena Apucarantina |
| 2 - Reserva indígena Rio das Cobras | 11 - Reserva indígena Barão de Antonia |
| 3 - Reserva indígena Mangueirinha | 12 - Reserva indígena São Jerônimo da Serra |
| 4 - Reserva indígena Palmas | 13 - Reserva indígena Laranjinha |
| 5 - Reserva indígena Marrecas | 14 - Reserva indígena Pilarzinho |
| 6 - Reserva indígena Ivaí | 15 - Reserva indígena Ilha da Cotinga |
| 7 - Reserva indígena Faxinal | 16 - Reserva indígena Mococa |
| 8 - Reserva indígena Rio D'Areia | 17 - Reserva indígena Tekoha-Añeteté |
| 9 - Reserva indígena Queimadas | |

Fonte: "Mapa mostra regiões do estado do Paraná onde habitam povos indígenas", matéria de 27 mai. 2019. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/rpc/estudio-c/extras-estudio-c/noticia/mapa-mostra-regioes-do-estado-do-parana-onde-habitam-povos-indigenas.ghtml>>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

3. Os recursos de linguagem empregados para se referir aos povos indígenas por vezes carregam uma verdadeira “violência simbólica” ao essencializá-los de forma reducionista (monolítica) ou apresentá-los de forma pejorativa/hostil. Textos midiáticos contribuem nesse sentido para projetar ideias preconcebidas a respeito destas comunidades ou mesmo amenizar as arbitrariedades que enfrentam na luta pela posse da terra, resistindo a ação de garimpeiros e latifundiários. Procurem identificar e problematizar na reportagem da Gazeta do Povo, trechos que correspondem a esse fato.

4. A etimologia de origem indígena está presente em diversas palavras de nosso cotidiano. Informem, caso conheçam alguma.

A partir do retorno dos estudantes, o professor poderá expor palavras que não foram discutidas. Consultar texto de Ricardo Tupiniquim Ramos, *Toponímia paranaense de origem Tupi*, indicada na bibliografia.

5. A turma deve ser dividida em três grandes grupos. Cada um receberá um dos grupos étnicos do Paraná: Kaingang, Xetá e Guarani. Em conjunto, deverão pesquisar a respeito da cultura, hábitos, língua, onde vivem e demais informações que julgarem pertinentes para uma rodada de apresentação coletiva.

Parte 2 - Trabalho e luta pela terra

1. Considerando como o processo de desterritorialização indígena traz inúmeras complicações que ameaçam a sobrevivência destas comunidades e culturas no Paraná, analise o significado da imagem abaixo e o depoimento do indígena Tikuem Araxó, da tribo Xetá (documento 4). Depois, pesquise sobre a tese do Marco Temporal, que procura revisar o princípio de demarcação das terras indígenas no Brasil. Através do relato e do repertório de discussões tratadas ao longo das aulas, reflita sobre as incongruências da proposta.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 4



Mensagem escrita com 380 lâmpadas de led em frente ao STF em Brasília para pedir que a corte rejeite o marco temporal. Imagem: Scarlett Rocha/ Apib

Fonte: Matéria: O Brasil é terra indígena. *Portal Uol Notícias*. Autoria da colunista Mara Gama. Publicada em 25 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/mara-gama/2021/08/25/o-brasil-e-terra-indigena.htm>>.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 5

“[...] Boa noite para vocês. Agora eu vou falar um pouco para vocês. Eu sou da tribo Xetá, agora vivo em São Jerônimo da Serra, eu estou sozinho lá, fui criado na serra dos Dourados, eu saí de lá com sete anos, do mato junto com o meu pai quando o branco nos tirou, aí me trouxeram para cá e trouxe meu pai também para cá, para esses lados aqui, pros lados de São Jerônimo. Me formei aqui na região de São Jerônimo, aí meu pai morreu e eu fiquei sozinho, a nossa nação era bastante. Foi descoberto o grupo, dizem que o homem branco levou doença para ele, mas a metade e o resto se extraviou e ficou só nós. O resto extraviado então tem meu primo e meu irmão que tá no rio das Cobras, agora tá em São Jerônimo só eu sozinho e meu tio [...].

[...] o resto tá extraviado por esse mundo aí, agora estou sozinho, eu ia falar a língua, meu idioma, mas eu não sei, tem o índio Guarani aqui, tem o Kaingang aqui, mas não tem gente aqui que a gente, como se diz possa conversar, trocar língua porque se tivesse o meu primo, outro parente aqui para trocar língua para mostrar para vocês na presença de vocês né? Mas eu vou apresentar só uma coisa para vocês aqui é uma cantoria, para nós trocar língua, para responder eu, como é que eu faço? [...]”.

Fragmentos do depoimento do Sr. Tikuem Araxó

(MOTA, Lúcio, 2000 *apud* obra coletiva, SEED/PR, 2008)

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

2. Em grupo, analise os documentos abaixo (6, 7 e 8, que foram transcritas com a grafia da época). Primeiramente, procure identificar o tipo de documentação, a autoria, para quem se destina e quando foi produzido.

Depois, escreva uma síntese do conteúdo de cada um.

Por fim, explicita como cada texto evidencia tensões envolvendo colonos brancos e indígenas autóctones no território paranaense, especialmente na esfera do trabalho e luta pela terra. Quais processos de violência encobrem? Quais interesses políticos e econômicos evidenciam? Quais táticas de resistência por parte dos indígenas são relatadas e como foram veiculadas no discurso das autoridades imperiais/provinciais?

Documento 6

“Antonio José da França e Horta, do meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo. amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham os campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desaquam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos comprehendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos indios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios, que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultural-as em beneficio do Estado, de maneira tal que em todo o terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os Indios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente victimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeavel, senão para viajores que vão em grande número e bem armados, quando antes não havia memoria, que os Indios atravessassem a estrada para a parte da Serra, e que as fazendas a leste da estrada se consideravam seguras e livres, chegando agora até a atacar o Registro que está em cima da Serra no caminho que vai da Villa das Lages para Santa Catharina, e mostrando-se dispostos a querer atacar a mesma Villa, em cujas visinhanças têm chegado a matar povoadores: e constando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptiveis não só da cultura de trigos, cevadas, milhos e de

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

todas as plantas cereais e de pastos para os gados, mas de linhos canhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além de que se acham no mesmo territorio terras nitrogeneas e muitas minas de metaes preciosos e de outros não menos interessantes; sendo-me tambem igualmente presentes os louvaveis fructos que tem resultado das providencias dadas contra os Botocudos, e fasendo-se cada dia mais evidente que não ha meio algum de civilisar povos barbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns annos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza e lhes faça conhecer os bens da sociedade e avaliar o maior e mais solido bem que resulta do exercicio das faculdades moraes do espirito, muito superiores ás phisicas e corporaes: tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldear-se e gosarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiencia quanto inutil é o systema de guerra defensiva: sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro logar que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes barbaros Indios: que deveis organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Indios infestadores do meu

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

territorio; procedendo a declarar que todo o Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum desses Indios, poderá consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhes convier; tendo porém vós todo o cuidado em fazer declarar e conhecer entre os mesmos Indios, que aquelles que se quizerem aldeiar e viver debaixo do suave jugo das minhas Leis, cultivando as terras que se lhe approximarem, já não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassallos especialmente protegidos por mim, e por minhas Leis: e fazendo praticar isto mesmo religiosamente com todos aquelles que vierem offerecer-se a reconhecer a minha autoridade e se sujeitarem a viver em pacifica sociedade debaixo das minhas Leis, protectoras de sua segurança individual e de sua propriedade. Em segundo lugar sou servido que á proporção que fores libertando não só as estradas de Coritiba, mas os campos de Guarapuava, possais alli dar sesmarias proporcionaes ás forças e cabedais dos que assim as quizerem tomar com o simples onus de as reduzir a cultura, particularmente de trigo e mais plantas cereais, de pastos para os gados, e da essencial cultural dos linhos canhamos e outras especies de linho. Em terceiro lugar ordeno-vos que assistais com o competente ordenado a João Floriano da Silva que me tem servido como Professor Publico, que fui servido nomear Intendente da cultura dos campos de Guarapuava por Decreto desta mesma data, e a quem encarrego o exame dos mesmos terrenos, o propor tudo o que julgar conveniente para o adiantamento da sua boa cultura; a conservação da estrada que vai da Faxina a Lages, e aquelle caminho,

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

que deve existir no melhor estado para a comunicação da Curitiba com algum porto de mar á serra, parecendo que o mais proprio será o de Pernaguá; e assim a elle como a seu irmão José Telles da Silva, ao Tenente Coronel Manoel Gonçalves Guimarães, e ao Tenente Coronel Francisco José de Sampaio Peixoto, dareis as sesmarias, que puderem cultivar; e este Intendente poderá com o seu exemplo justificar a bondade dos principios que propuzer para melhoramento da cultura dos mesmos campos de Guarapuava, devendo vós ouvil-o em tudo o que ordenardes; mas não lhe sendo permittido obrar por vias de facto, senão quando vós o autorizardes para o mesmo fim. Em quarto logar: determino que sendo possivel que nos terrenos que ora se mandam abrir, appareçam diamantes, e que possa assim soffrer a minha Real Fazenda, façais publicar que todo o diamante que casualmente apparecer, deve ser logo entregue na Junta da minha Real Fazenda, onde sempre receberá alguma recompensa o que o apresentar: que toda a lavagem de terras para tirar diamantes fora prohibida; e que os que assim obrarem, ficam expostos à maior severidade das Leis já estabelecidas para conservar este direito privativo da minha Coroa; e que o ouvidor de Pernaguá deverá anualmente tirar uma rigorosa devassa contra todo e qualquer individuo que contravier a estas minhas reaes ordens. Finalmente, ordeno-vos que destineis o Engenheiro João da Costa Ferreira, e para o futuro, o que seu logar exercer, a que proceda a levantar successivamente o plano dos mesmos campos; e que sendo sempre ouvido nas sesmarias que derdes juntamente com o novo Intendente que fui servido crear, e alguns Officiaes, que nomeareis para esse fim, me dêem por vosso meio

anualmente conta de todo o progresso que resultar desta minha paternal providencia em beneficio da cultura e augmento da povoação, ficando muito a vosso cargo e dando-vos toda a responsabilidade sobre a obrigação, de que vos incumbo, de fazer subir todos os annos á minha real presença esta conta pela repartição de Guerra e pela da Fazenda, com todas aquellas reflexões que vossa intelligencia e zelo pelo meu real serviço puder suggerir-vos. O que assim tereis entendido e fareis executar como nesta vos ordeno. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Novembro de 1808. PRINCIPE” (Cunha, 1992a:62-64). (pp. 99-102)

Carta Régia - sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos Campos Geraes de Coritiba e Guarapuava (05/11/1808). A autoria pode ser atribuída a Dom João VI de Portugal, à época Príncipe Regente, que envia este documento a Antonio José da França e Horta, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo.

Fonte: versão original no link Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional - <https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292586/or1292586.pdf>

No link do Portal da Câmara dos Deputados, consta que o original teria sido publicado na Coleção de Leis do Império do Brasil - 1808, Página 156 Vol. 1 - https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40263-5-novembro-1808-572442-publicacaooriginal-95554-pe.html

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 7

Tenho a honra de communicar a V. Ex.ça. que capturei no lugar Bituva³ deste municipio dois pequenos indigenas sendo a primeira do sexo feminino parecendo ter a idade presumivel de uns 5 annos, e o 2º a idade presumivel de 1 a 2 annos. Tendo se offerecido occasião de baptisal-os, hoje, na Matriz desta villa, infelizmente só pude conseguir dar o nome de Gertrudes a menina, e o menino deixei de baptisa-lo, visto seu estado de saude não permittir. Ex. mo. Señr. torno, pois, o alvitro de offerecel-os a V. Ex.a. entregando-os ao Señr Laurindo Joaquim Bello, para este Snr. leval-os a presença de V. Exa. a quem tenho o praser e honra de offerecer este meu trabalho. O Señr Laurindo brevemente os conduzirá em companhia de outros tres, que conduzira a presença de V. Exa.

Deus Guarda a V. E.a por m.tos annos,

Rio Negro, 1º de Outubro de 1888.

Señr D.u Presidente da Provincia do Paraná.

Avaterano⁴.

Pedro Bernardo da Silva

Ofício enviado ao presidente de província do Paraná, pelo o veterano de guerra Pedro Bernardo da Silva. Envia ao presidente da Província, à época, Presidente José Cesário de Miranda Ribeiro

Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná. Código de referência: BR APPR PB001 (170).

³ Hoje Rio Negro, PR.

⁴ Veterano [de guerra].)

Documento 8

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Sa. que me conta com algum fundamento, que cerca de 400 ou 500 indios dos aldeados no Jatahy e São Jeronimo pretendem vir aposiar-se de um campo proximo a esta cidade, denominado Atalaia e compreendido na fazenda do fallecido Brigadeiro Rocha **Lavinas**, e que, sendo upellido essa pretencaõ, como é natural, elles procuraõ faser todo o mal possivel.

Neste sentido vai a Comarca Municipal **apresentar** a Vx.a pedindo providencias, e eu junto os meos aos seus rogos, afim de evitar-se a grande desgraça de um assaltada por isso (?) uma provacacão, que de acha um meio de deferir.

Deos Grande a V.xa.

Guarapuava, 5 de agosto de 1873.

Sñr. D.r. Frederico José Cardoso de Araújo

Presidente da Província do Paraná

O Juíz de Direito,

Ernesto Dias Larangeiras

Ofício do Juiz de Direito da Comarca de Guarapuava para o presidente de província

Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná. Código de referência: BR APPR PB001 (133).

3. O processo de ocupação do território paranaense por colonizadores brancos se utilizou do discurso “civilizador” e da tese de vazios demográficos para justificar a desterritorialização e genocídio indígena.

No entanto, após a publicação da obra *A origem das espécies* de Charles Darwin, em 1859, um novo paradigma contribuiu mundialmente para os objetivos desta empreitada colonizadora, o evolucionismo. Deturpado em prol das pretensões dos agentes coloniais, este princípio naturalista da teoria de Darwin foi adaptado nas Ciências Sociais para enfatizar a ideia de “degenerescência” e uma concepção determinista das leis da natureza (SCHWARCZ, 2005, p. 45).

A partir do exposto, analise o documento 9, um fragmento extraído do jornal *Diário da Tarde*, em 1903.

Retomando também os documentos discutidos na questão anterior, é possível afirmar que essa matéria apresenta grandes divergências do discurso sobre os indígenas, veiculado ao longo do século XIX? O que o texto revela sobre a concepção dos povoadores brancos sobre os indígenas que ofereciam resistência aos seus interesses econômicos?

Documento 9

Para esses filantropos e sentimentalistas, que doentiamente apostolizam a irrealizável incorporação das nossas ferozes tribus de selvicolas á civilização occidental, a tragedia sangrenta, que teve por theatro ha poucos dias a colonia Lucena, deve constituir uma nova lição amarga contra o sonho que acalentam de catechese e amor.

Os botocudos, o typo inferior da raça autochtone, que ainda as-

sola as florestas do nosso paiz, vive em uma primitividade, quasi prehistorica, recuado de um milenio da civilização actual e querer trazel-os de um salto atravez dos tempos, para o dia illuminado de hoje, é um problema sem solução.

A lei da selecção é fatal como a morte, os fracos devem desaparecer na lucta de todos os instantes pela vida, e os bugres são os mais fracos, não só physiologicamente, como intellectualmente. O seu desaparecimento se dará, ou pelo esmagamento irremediavel produzido pela avalanche dos brancos, que rola crescendo por sobre todo o territorio nacional, ou na fusão com o novo sangue determinando a mestiçagem bastarda, que terá tambem vida ephemera, porque é raça inconstituída, de transição.

Para a extincção dos selvicolas não ha necessidade dos morticinios dos bandeirantes, nem das caçadas atrozes pelos recessos das florestas : elles perecerão pela sua propria fraqueza e inutilidade.

Fonte: Diário da Tarde, ed. 1186, 1903.

Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800074/3951>>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Parte 3 - Questões sobre memória

1. Em março de 2022, a Câmara Municipal de Curitiba negou um projeto para conceder homenagem à vereadora carioca Marielle Franco, morta a tiros em 2018, sob a justificativa de que Marielle não possuía qualquer relacionamento com a cidade. Esse posicionamento incentivou o debate sobre a memória resguardada nos espaços públicos de Curitiba. A redação do jornal *Plural* chegou a apontar em uma matéria sobre o caso como diversas ruas conservam até os dias atuais nomes de bandeirantes (Borba Gato, Raposo Tavares, Fernão Dias e Domingos Jorge Velho), indivíduos responsáveis pelo aprisionamento e extermínio de grupos indígenas e escravos africanos. Em entrevista para a reportagem, a professora Joseli Mendonça, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná afirma que

Todas as disputas de narrativa do passado são uma disputa política. Ela implica na construção de identidade de grupos sociais, sejam eles grupos raciais, étnicos, de mulheres, de pessoas com orientações sexuais que não são as preconizadas como normais pelas tendências à normalização. Digo política no sentido amplo, não só partidário, mas de envolver um projeto de sociedade, de futuro.” (Joseli Mendonça, *Plural*, 2022, grifo nosso)

Individualmente, responda:

Você conhece alguma rua, praça, parque ou monumento que leva o nome de um indígena no território paranaense? Com base no exposto na matéria do *Plural*, discorra sobre as razões para a manutenção de “homenagens” a bandeirantes, ainda hoje, enquanto indivíduos de origem indígena, negros e mulheres, no geral, não obtêm o mesmo reconhecimento nos espaços públicos da cidade. Qual projeto de sociedade isso revela?

1.1. Pesquise ao menos duas lideranças do movimento indígena no Brasil (preferencialmente do Paraná, mas não exclusivamente), explicitando a etnia e buscando sintetizar brevemente a trajetória e importância histórica e/ou política de cada um. Em seguida, com a instrução do professor e a partir do material obtido,

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

escreva um pedido formal de denominação de logradouro com os nomes pesquisados, a ser direcionado à Câmara Municipal de Curitiba, apresentando justificativas de cunho histórico e social para este fim. [Sugestão de pesquisa no âmbito regional: Ângelo Kretã, etnia Kaingangue]

2. No Centro Histórico de Curitiba, o Memorial Cidade conserva dois painéis do artista plástico e arquiteto Sérgio Ferro, datados de 1996, intitulados “Descobrimento do Brasil” e “Capela dos Fundadores de Curitiba”. Encomendadas por Rafael Greca, em sua primeira gestão como prefeito da cidade, ambas as obras possuem traços de uma narrativa romantizada e particular da memória nacional e local, sem o devido rigor historiográfico. Como analisa Fernando Cardoso,

Este passado fantasioso e pouco problematizado, o qual o presente não quer se desligar, acaba por resgatar memórias pouco precisas da coletividade, atendendo necessidades particulares e a culturas isoladas, além de calar a existência de outros passados diferentes dos já canonizados na gesta curitibana. [...] A arte pode ser usada como um veículo da memória, como também um vetor de publicidade, uma vez que, pintor e “mecenas” possibilitaram a inserção de figuras que homenageassem a si próprios ou seus pares (CARDOSO, 2020, p. 186).

Examine o painel “Capela dos Fundadores de Curitiba” (documento 10) e responda:

2.1. Quais grupos estão excluídos da representação da história da cidade?

2.2. Avalie se a história dos povos indígenas é bem retratada, com a efetiva caracterização de étnica de algum povo em específico, e, em contrapartida, indique quais elementos são mais valorizados ao centro do painel.

2.3. Explícite as conclusões que podem ser retiradas da análise da obra.

Documento 10



Capela dos Fundadores de Curitiba

Fonte: imagem de autoria de Fernando Cardoso (2020, p.160)

3. Considerando as discussões sobre os agrupamentos indígenas que já viviam no território paranaense mesmo antes da “construção do Paraná” e analisando o texto e a imagem (documento 11), reflita sobre como está inscrita a memória indígena na cidade de Curitiba. Quais elementos da memória coletiva são salvaguardados pela política patrimonialista? Essa memória trata de uma representação monolítica ou dá conta da diversidade étnica existente no território paranaense? O que essa memória não revela? Quais representações estão ausentes da narrativa oficial?

Documento 11

A representação do elemento indígena em Curitiba geralmente retoma o mito da fundação da cidade, o qual envolve a figura do Cacique Tindiquera, conforme a escultura de Elvo Benito Damo abaixo. Diz a lenda que os moradores de Vilinha (atual Bairro Alto) mantinham em uma capela improvisada a imagem da Nossa Senhora da Luz, que independentemente da posição que era colocada sempre se voltava para a direção onde hoje fica o centro da cidade de Curitiba. Assim, sob a ajuda do Cacique Tindiquera, estes “pioneiros” buscaram chegar até a região. Fincando o seu cajado no chão, onde hoje fica a Praça Tiradentes, o Cacique teria pronunciado “*Kur'yt'yba*”, que na língua Tupi Guarani pode significar “pinheiral”. Assim foi fundada a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Todavia, como discute Sérgio Odilon Nadalin (apud CARDOSO, 2020, p. 167), os pioneiros da lenda tratam-se dos primeiros portugueses e mamelucos que se fixaram nas regiões ao sul de Piratininga e que, após conquistarem a confiança dos indígenas, aprisionavam-os e vendiam para fazendas que não usavam escravos negros devido aos seus altos preços. O caráter de indígena “administrado” diz respeito apenas a um eufemismo utilizado para designar o indígena cativo que, aos milhares, serviram de mão de obra abastada e barata (NADALIN apud CARDOSO, 2020, p. 168).

Documento 11 (continuação)

**Estátua do Cacique Tindiquera**

Fonte: portal fotografandocuritiba, 2018. Tindequera, postado por Flavio Antonio Ortolan, 01 de jul de 2018. Disponível em: <https://www.fotografandocuritiba.com.br/2018/07/tindiquera.html>>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

3.1. A partir das discussões que foram realizadas até aqui, com destaque para as obras dos artistas plásticos Sérgio Ferro e Elvo Benito Damo ou mesmo os murais de Poty Lazzarotto, analise se a comunidade indígena possui espaço de autorepresentação na cidade de Curitiba. Considere o termo “comunidade indígena” como marcador para uma diversidade étnica e cultural bastante abrangente. Por fim, justifique a sua resposta.

4. Contraponha o documento 12, um trecho extraído do relato do coronel Telêmaco Borba, “Os índios caingangues na província brasileira do Paraná”, escrito no ano de 1886 e traduzido de uma publicação em alemão na Revista Ilustrada de Corografia e Etnologia (*Globus: Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde*) com o documento 13, o texto “Os índios como agentes de sua própria história”, sob autoria de Manuela Carneiro da Cunha (1992).

De qual modo ambos os textos nos ajudam a compreender os processos de autorepresentação indígena e salvaguarda de sua memória? Como dialogam com a noção de agência dos povos indígenas?

Os índios caingangues na província brasileira do Paraná

Entre os diversos aborígenes que ainda hoje habitam a parte oeste e sul da província do Paraná, os caingangues assumem, sem dúvida, um lugar destacado; embora eles sejam menos selvagens do que os botocudos, até hoje não puderam se amigar com a civilização, apesar de que algumas tentativas com esse propósito já tenham sido executadas. Por muito tempo, exerceram enérgica resistência à penetração de homens civilizados nos territórios habitados por eles. Eles se chamam caingangues, para o que não se pode fornecer uma explicação; se alguém lhes pergunta por que eles se denominam assim, eles respondem: “Por que vocês se denominam portugueses?” (os índios dessa província nomeiam todos os homens civilizados de portugueses; eles, por si só, enxergam a si mesmos como os verdadeiros brasileiros), e se alguém lhes explica o que significa português, eles insistem na resposta de que se chamam caingangues porque esse é mesmo o nome deles. Habitualmente, eles são conhecidos sob o nome de coroados, tonsurados, porque cortam seus cabelos como os sacerdotes católicos (BORBA, 1886 *apud* MOREIRA, 2017, pp. 247 e 248).

Os índios como agentes de sua História

A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois elementos fundamentais – a gênese do homem branco e a iniciativa do contato – sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como o produto de sua própria ação ou vontade. A gênese do homem branco nas mitologias indígenas difere em gênero da gênese de outros "estrangeiros" ou inimigos porque introduz, além da simples alteridade, o tema da desigualdade no poder e na tecnologia. O homem branco é muitas vezes, no mito, um mutante indígena, alguém que surgiu do grupo. Frequentemente a desigualdade tecnológica, o monopólio de machados, espingardas e objetos manufaturados em geral, que foi dada aos brancos, deriva, no mito, de uma escolha que foi dada aos índios. Eles poderiam ter escolhido ou se apropriado desses recursos, mas fizeram uma escolha equivocada. Os Krahô e os Canela, por exemplo, quando lhes foi dada a opção, preferiram o arco e a cuia à espingarda e ao prato. Os exemplos dessa mitologia são legião: lembro apenas, além dos já citados, os Waurá que não conseguem manejar a espingarda que lhes é oferecida em primeiro lugar pelo Sol (Ireland, 1988:166), os Tupinambá setecentistas do Maranhão cujos antepassados teriam escolhido a espada de madeira em vez da espada de ferro (Abbeville, 1975 [1612]: 60-1). Para os Kawahiwa, os brancos são os que aceitaram se banhar na panela

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

fervente de Bahira: permaneceram índios os que recusaram (Menéndez, 1989). O tema recorrente que saliento é que a opção, no mito, foi oferecida aos índios, que não são vítimas de uma fatalidade, mas agentes de seu destino. Talvez escolheram mal. Mas fica salva a dignidade de terem moldado a própria história. [...] O que isto indica é que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências (CUNHA, 1992, pp. 18-19).

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. in. *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.101-132.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CARDOSO, F. Arte, memória visual e política cultural: Multiplicação de memórias e apagamento de rastros no primeiro mandato Greca, 1993-1996. *Faces de Clio*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 158-187, 2020. DOI: 10.34019/2359-4489.2020.v6.32110. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/32110>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MENDONÇA, Joseli M. N. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: Identidade, Memória e História Pública. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 218-240, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13138>. Acesso em: 20 out. 2022.

MENDONÇA, Joseli M. N. Espaços públicos em Curitiba têm nomes que vão de ditador a líder comunista, *Redação do Jornal Plural*, 22 de mar. 2022. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/espacos-publicos-em-curitiba-tem-nomes-que-vaio-de-ditador-a-lider-comunista/>>.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. in. LUIS, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: Comitê de Educação Escolar Indígena do MEC, 1995. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26725>

MOREIRA, Fernando de Sá. Tradução de “Die Caingangs-Indianer in der brasilianischen Provinz Paraná” (“Os índios caingangues na província brasileira do Paraná”, 1886), de Telêmaco Borba. *Revista de História Regional* 22(1): 243-260, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Terra, nação e tradições inventadas (uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sonia; MOTTA, Márcia (Orgs.). *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998, p.81-92.

OBRA COLETIVA, SEED/PR. *Caderno Pedagógico de História do Paraná: Representações, memórias, identidades*. Curitiba: SEED/PR, 2008.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004372.pdf>>

PARANÁ. *Referencial Curricular do Paraná* (2018). Disciplina História. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia paranaense de origem Tupi*. Disponível em <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ8_10.htm#:~:text=PAR%C3%81N%C3%81%3A%20O%20C3%BAnico%20dos%20tr%C3%AAs,liga%20semanticamente%20aos%20acidentes%20geogr%C3%A1ficos>..

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Histórias e culturas indígenas - Alguns desafios no ensino e na aplicação da Lei 11, 645/2008: De qual história e cultura indígena estamos falando? *História e Perspectivas*, Uberlândia (53): 179-209, jan/jun.2015. Disponível em <<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32772>>

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Edson. Povos indígenas: história, cultura e o ensino a partir da Lei 11.645. *Revista Historien UPE/Petrolina*, v. 7, 2012, p. 39-49. Disponível em: <<http://revistahistorien.blogspot.com/2018/07/historien-n-7-junnov-2012.html>>.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822 - 1845)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052006-210031/en.php>. Acesso em: 20 out. de 2022.

STRACHULSKI, Juliano e ALVES, Jorge No Kaya. Os Kaingang de Cândido de Abreu: Práticas (materiais e simbólicas) tradicionais e relação com o território. *GeoTextos*, vol. 15, n. 2, dezembro 2019. J. Strachulski, J. Alves. 35-61.

TAKATUZI, Tatiana. Estratégias indígenas nas regiões meridionais da capitania de São Paulo. in. MENDONÇA, Joseli M. N. e SOUZA, Jhonatan U. (Orgs.). *Paraná Insurgente: história e lutas sociais - secs. XVIII a XXI*. 1ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018, p. 81-92. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/paranainsurgente/paranainsurgente.html#page=6&zoom=z>>.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Mansos e selvagens: problematizações a partir dos caciques Veri e Condá

Autor principal: André Sefrin Nascimento Pinto

Orientadora: Ana Cláudia Urban

Objetivo: Problematizar os conceitos de “índio selvagem” e “índio manso” a partir do estudo de dois caciques que trabalhavam junto com a administração pública paranaense.

Ano/Série: 8º ano do Ensino Fundamental

Documentação utilizada: As fontes fazem parte do acervo do Arquivo Público (Catálogo Seletivo de Documentos: referentes aos indígenas no Paraná provincial – 1853-1870, volumes 3 e 4) e foram selecionadas com os seguintes critérios: seis documentos tratam de ambos os caciques juntos, e há mais duas fontes acerca de cada um dos líderes, individualmente. Veri e Condá foram importantes líderes indígenas no século XIX, que contribuíram de forma significativa para o processo de aldeamento indígena no interior da província, a ponto de diversas vezes os agentes públicos buscarem satisfazê-los para que não deixassem seus cargos.

No volume 3 do catálogo, as fontes selecionadas são as seguintes:

Verbetes 0184 (1858) – pedido de autorização para mandar Veri ou Condá caçarem indígenas que cometeram um assassinato próximo à colônia Tereza (PR);

Verbetes 0265 (1859) – recebimento de ofício que confirma a inocência dos caciques em uma suposta carnificina de indígenas Coroados;

Verbetes 0700 (1863) – pedido de brindes e munições para que Condá e Veri tentem estabelecer amizade ou combatam indígenas Bocudos que a região de Porto da União (PR);

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Verbete 0929 (1864) – pedido de pagamento a Condá (que estava atrasado) pois ele é o único que consegue arregimentar os indígenas que habitam na região de Guarapuava;

Verbete 0978 (1864) – informe de que Veri deveria receber um aumento para ter o mesmo salário de Condá, e ambos mereceriam graduações militares e fardas;

Verbete 1402 (1869) – informa o recebimento do pedido de Condá por reconhecimento imperial da demarcação de suas terras, envio de um professor de primeiras letras e um ferreiro, ao mesmo tempo, o presidente da província do Paraná pede que não se permita que indígenas voltem à Capital para fazer demandas por não ser benéfico a eles mesmos;

Já no volume 4:

Verbete 0001A (1855) – pedido de que novas expedições de Veri não aconteçam porque ele realizou uma carnificina;

Verbete 0001B (1855/56) – encaminhamento do pedido de Veri por correntes para que eventuais delitos cometidos por seu povo sejam punidos;

Verbete 0006H (1859) – pedido de reforço da Guarda Nacional frente a possibilidade de embate entre Veri e Condá contra indígenas de Goio (RS);

Verbete 0605 (1878) – avisa da hostilidade dos indígenas que estavam sob o comando dos falecidos Veri e Condá e pede para que novos caciques sejam ordenados com um pagamento inferior ao dos anteriores.

Texto de apoio

De início, vale destacar a diferença entre a utilização do termo *índio* e *indígena*. Os povos originários reclamam a utilização do segundo termo por significar *nativo*, sendo adotado pela literatura especializada como a forma adequada de abordar qualquer tema referente aos povos que habitavam as Américas antes da chegada dos europeus.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Após se tornar independente em 1853, a província do Paraná (que, por sinal, é um termo de origem Guarani) ainda era uma terra com baixa densidade populacional. Suas autoridades, como o Diretor Geral e o Diretor de Aldeias, tentavam manter a administração de seus aldeamentos indígenas, uma vez que o conhecimento deles era essencial para que o território provincial fosse “desbravado” (em outras palavras, que não fosse apenas conhecido pela administração branca, mas também englobado em seu controle), além de servirem como mão-de-obra e auxiliarem na proteção local. Porém, os diversos grupos, como os Kaingang, Botocudos e Coroados entravam em disputas territoriais, como as que ocorreram nos arredores de Palmas.

Neste período, dois caciques ganharam destaque nas documentações: os líderes Kaingang cacique Veri e cacique Victorino Condá. Eles eram responsáveis pelo assentamento em Palmas e Guarapuava, ou seja, no “amansamento” dos indígenas paranaenses, forma como chamavam o processo de adequação aos costumes, cultura e religião trazidos pelos colonos. Ambos foram aliados dos Diretores Gerais dos indígenas da província do Paraná até o começo da década de 1878, data da última aparição de qualquer um dos dois na documentação. Eles eram considerados “índios mansos”, porém isso não significava que por vezes não surgissem atritos com as ordens vindas do Diretor Geral. Dessa forma, a ideia é mostrar como as alianças não eram uma mera questão de assimilação dos povos que se aliavam à província, trazendo, então, a reflexão acerca de como os povos tradicionais são vistos hoje e as tentativas de descaracterizá-los como tais, invalidando suas buscas por direitos territoriais e culturais.

Além disso, apesar da Lei n. 11.645 de 2008 tornar obrigatória a inclusão da temática indígena nos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio, os avanços ainda são modestos, pois nem todo livro didático trata da questão muito além da ótica eurocêntrica, vinculando a história dos povos originários da América à vinda de europeus durante o período colonial.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Encaminhamentos didáticos

1. Primeiramente, verificar se no livro didático há alguma informação acerca dos povos indígenas no século XIX, em especial no Paraná. Caso seja preciso, complementar com os textos de apoio, como o de Katia Malage, *Condá e Viri: chefias indígenas em Palmas – PR, década de 1840*. A autora trabalha com o processo de aldeamento, que deriva do paulista, desorganizando a estrutura familiar vigente dessas sociedades anterior ao contato com os colonos, gerando uma instabilidade populacional; o “pacto” entre colonos e indígenas através da concessão de roupas; a estrutura física do aldeamento; a utilização de “brindes” e o trabalho obrigatório, mas remunerado (páginas 31-37). Quanto à ordem hierárquica nos aldeamentos, consultar as páginas 43-45.

1.1 Questionar os estudantes acerca de como acreditam que é a compreensão do indígena pela sociedade brasileira (ou paranaense ou curitibana) do século XXI.

1.2 Apresentar o documento 1 - *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de Curt Nimuendajú*, para que possam visualizar quais grupos ocupam quais regiões no sul do Brasil. Após isso, ler os verbetes em sala, e depois separá-los em grupos.

1.3 Cada grupo irá buscar e destacar nos trechos dos documentos – recomenda-se imprimir os documentos originais e sua respectiva transcrição – expressões, palavras, conceitos ou frases que indiquem declarações de parceria e de desconfiança entre os caciques e as autoridades provinciais, assim como identificar a data e as pessoas envolvidas nos documentos. O exercício pode ser feito tanto com cada grupo com um documento e tentando identificá-lo, quanto trabalhando com todos os documentos e categorizando-os um a um, a depender do tamanho da turma, cooperação e a existência ou não de aulas geminadas.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

2. Feito isso, os grupos poderão apontar detalhes do(s) documento(s) que analisaram, como data, remetente e destinatário, conteúdo do texto e quais são suas conclusões. Dessa forma a turma irá construir/debater em conjunto a classificação das fontes.

2.1 A partir desse panorama, discutir as causas possíveis para as diferentes posturas adotadas pelas autoridades e caciques que foram observadas. Trazer elementos do texto de apoio *O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle de sua mão-de-obra (décadas de 1820 e 1830)*, do significado dado pelas autoridades e pelos indígenas, sobre as alianças entre eles. Por mais que se trate de outra região, bem distante do Paraná, a mentalidade que permeava os agentes coloniais e os imperiais não passou por grandes mudanças entre as décadas que separam cada recorte.

2.2 Problematizar a figura do indígena “manso” e “selvagem” a partir dessa discussão. Conforme apontado por Malage, o termo “selvagem” existia de forma abrangente (p. 11), mas pode-se resumir a questão como “civilizados” e “incivilizados”, “aculturados” e “inculturados”, “cristianizados” e “pagãos”, “aliados” e “inimigos”, “pacíficos” e “combativos”. Também é possível questionar a “passividade” com que os nativos são pintados pela historiografia tradicional até recentemente, contrapondo essa visão com o que é visto nas fontes.

3. Relacionar as reflexões das atividades anteriores com as questões presentes de representação político-civil, garantia de direitos e discurso público vigente, como a recém conquistada de cinco candidatos indígenas à Câmara dos Deputados, recorde não apenas de eleitos, mas também de candidatos, indicado na reportagem do G1 *Câmara terá 5 deputados indígenas, recorde histórico* e elementos abordados pela UNDIME em *A inclusão dos povos indígenas na sociedade da informação*.

3.1 Questionar se a assimilação é o caminho menos violento (se preciso, ressaltar que esse modelo não conseguiu suprimir efetivamente rivalidades entre diferentes povos), provocando a turma de modo que possam perceber como o significado dado a simbolismos (como vestuário) não são necessariamente os mesmos

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

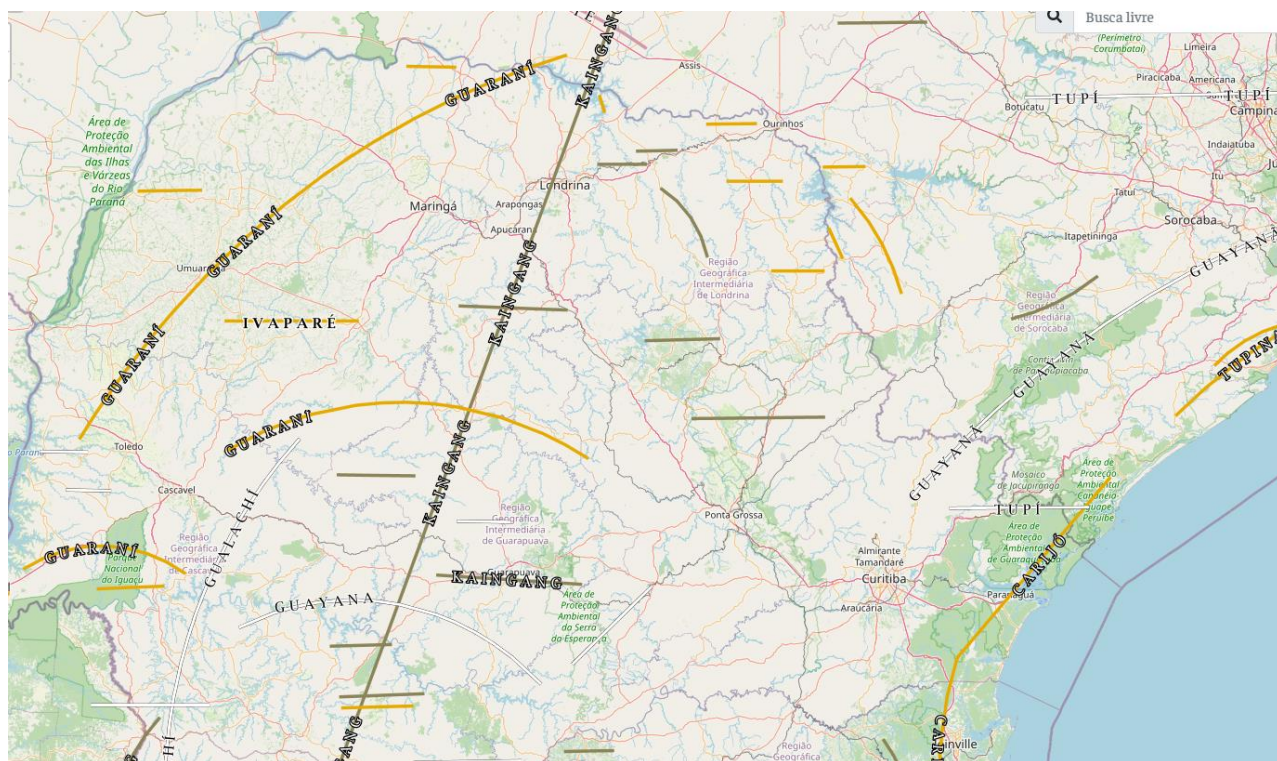
Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

(para os colonos e posteriormente os brasileiros brancos, a utilização de roupas era um sinal de que os indígenas estavam aceitando a “civilização”, mas, para estes era uma nova forma de hierarquização interna, por exemplo) e, mais do que vocalizar por eles, deve-se dar voz a eles.

Sugestão: entre as atividades ou aulas, melhor ainda se for entre a segunda e a terceira, para maior proveito do debate, indicar o filme *Terra Vermelha*, de Marco Bechis (Brasil/Itália, 2008, 1h39m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nOCFZWF_Wb4>. Acesso em: 01/10/2022.

Documento 1 - Mapa etnológico paranaense 1500-1949



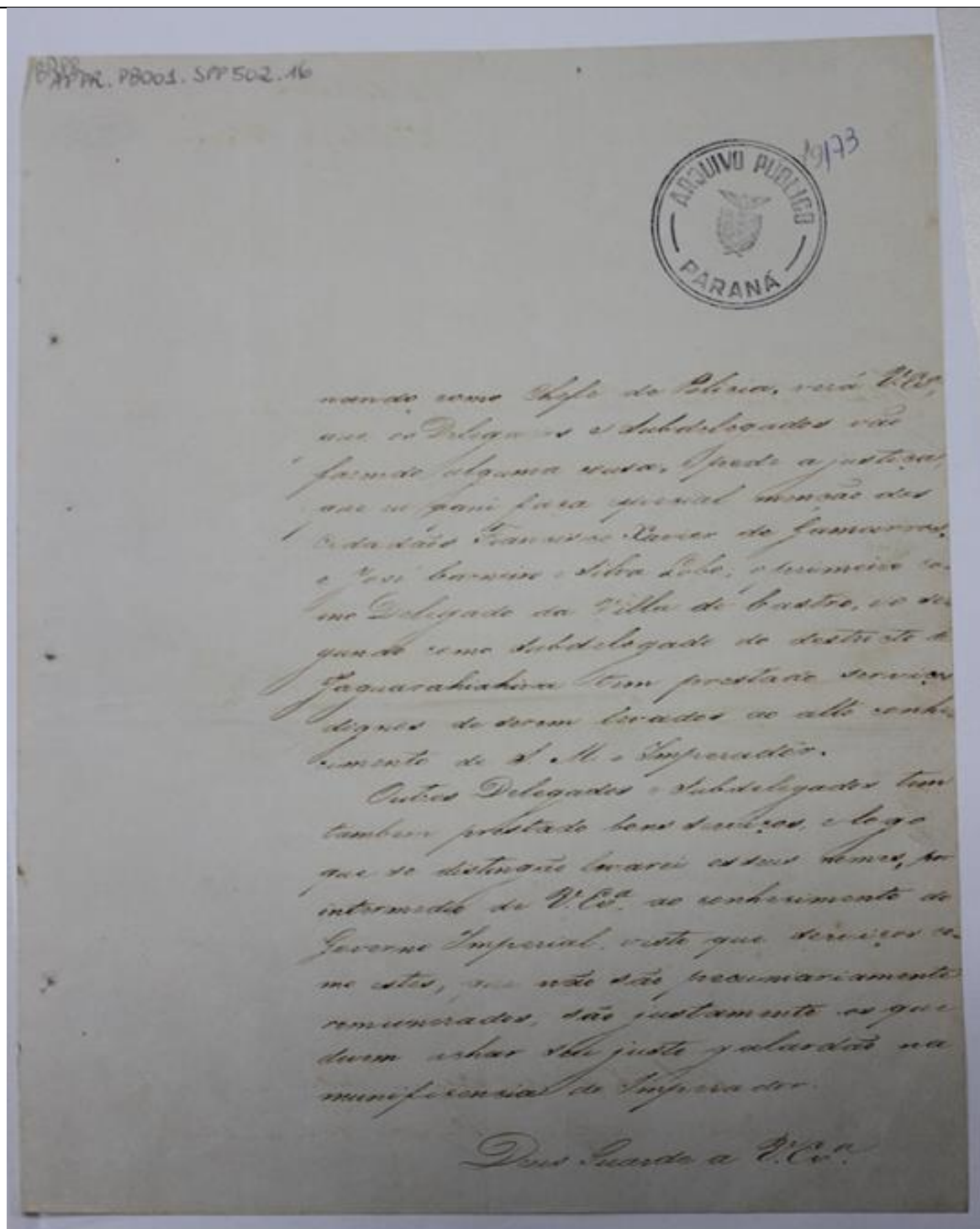
Disponível em: <http://mapa-nimuedaju.eita.coop.br>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 2



Verbetes 0001A (1855) – pedido de que novas expedições de Veri não aconteçam porque ele realizou uma carnificina

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 2

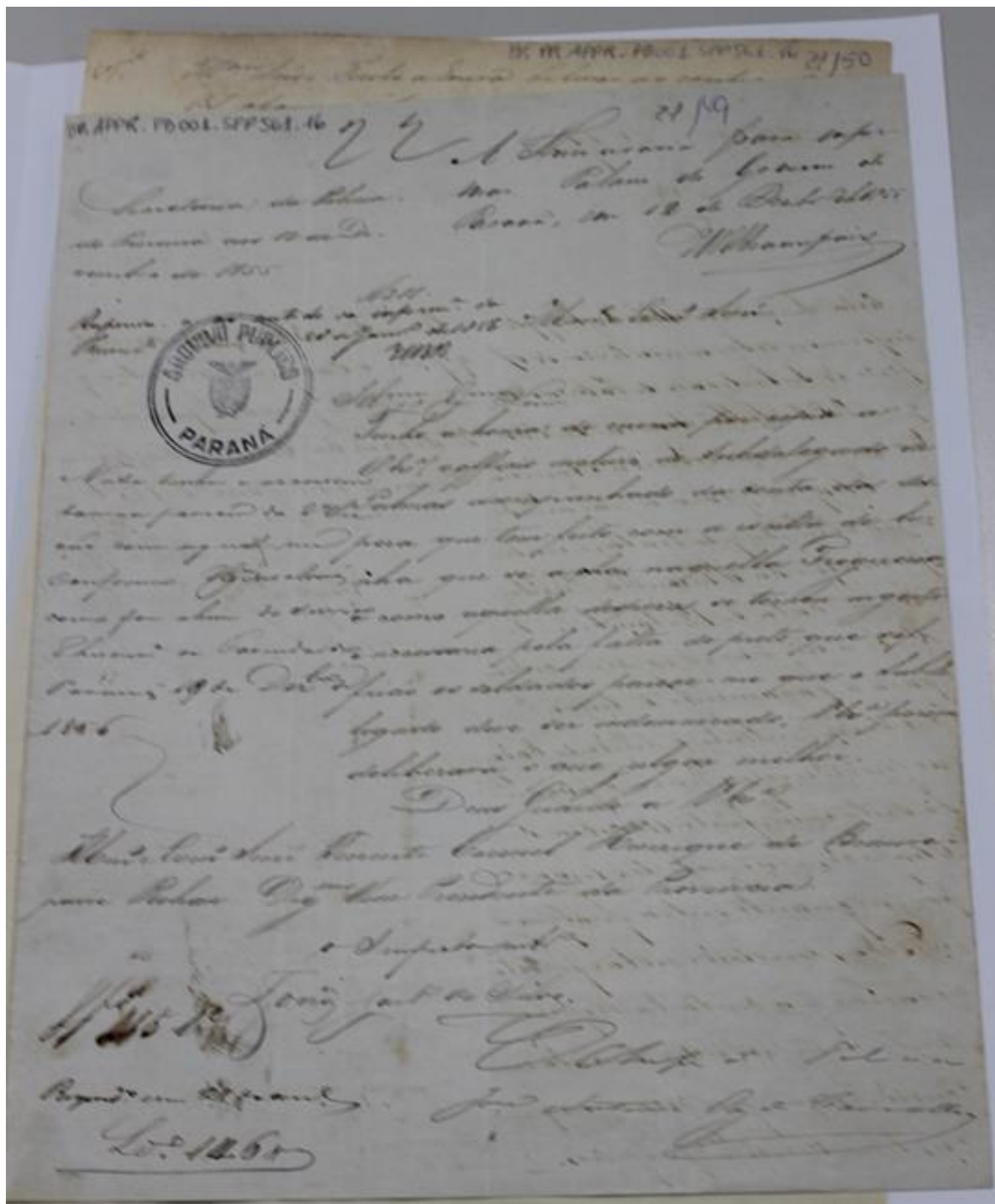
De: José A. V. de Carvalhaes, chefe de polícia da província do Paraná

Para: Henrique de B. Rohan, vice-presidente da província do Paraná

Data: 24/10/1855

[...] Nenhum acontecimento importante chegou ao meu conhecimento, a exceção do regresso da expedição do cacique Veri, chegado a Guarapuava no dia três de agosto, depois de ter destroçado uma maloca de índios, dos quais conduzia prisioneiros seis índias criadas, e doze crianças, que, segundo as instruções dadas por Vossa Exelência, como disponho, deviam ter sido, depois de mimoseadas, postas em liberdade para voltar em busca de sua gente. Devo acrescentar, que as informações particulares figuram a vitória de Veri, como o resultado de uma carnificina horrível; as participações porém do Delegado e do digno Direto dos Índios contrariam a exatidão de tais notícias. O que é certo é que tais expedições nunca devem ter lugar, máxime [principalmente] confiadas aos implacáveis inimigos dos índios bravos, que não dão quartel aos seus contrários, ainda que não encontrem resistência.

Documento 3



Verbetes 0001B (1855/56) – encaminhamento do pedido de Veri por correntes para que eventuais delitos cometidos por seu povo sejam punidos;

Questões indígenas no Paraná: seqüências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 3

De: José A. V. de Carvalhaes, chefe de polícia da província do Paraná

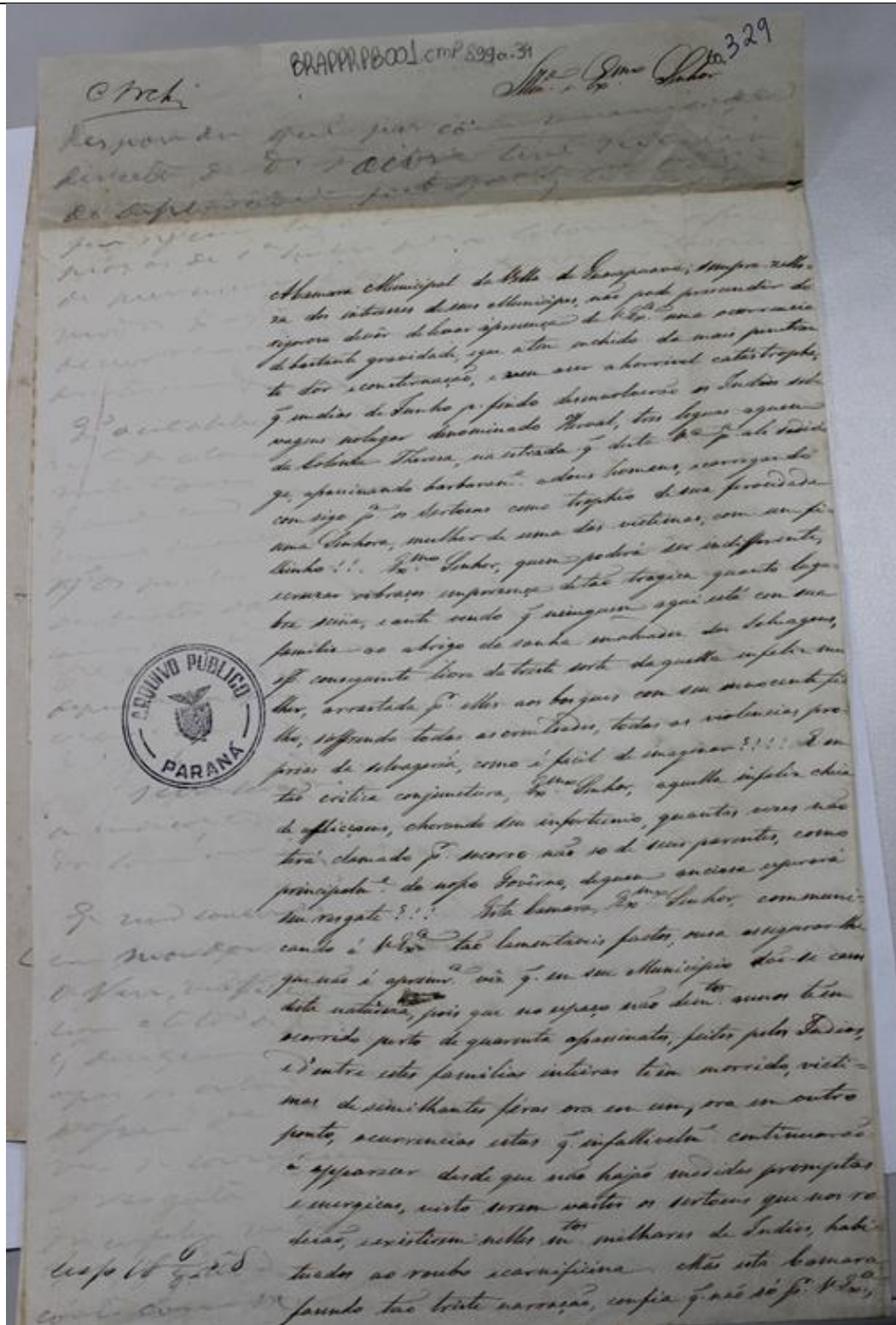
Para: Henrique de B. Rohan, vice-presidente da província do Paraná

Data: 13/11/1855 (pedido) – 18/01/1856 (resposta)

[Pedido:] [...] também o Cacique Veri pede-me que eu pedisse a V. S. três braças de correntes para ele prender os índios de seu aldeamento, quando estes porventura façam algum delito.

[Resposta:] Quanto às 3 braças de corrente que pede o Cacique Veri julga que a medida é puramente policial.

Documento 4



Verbetes 0184 (1858) – pedido de autorização para mandar Veri ou Condá caçarem indígenas que cometeram um assassinato próximo à colônia Tereza (PR)

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 4

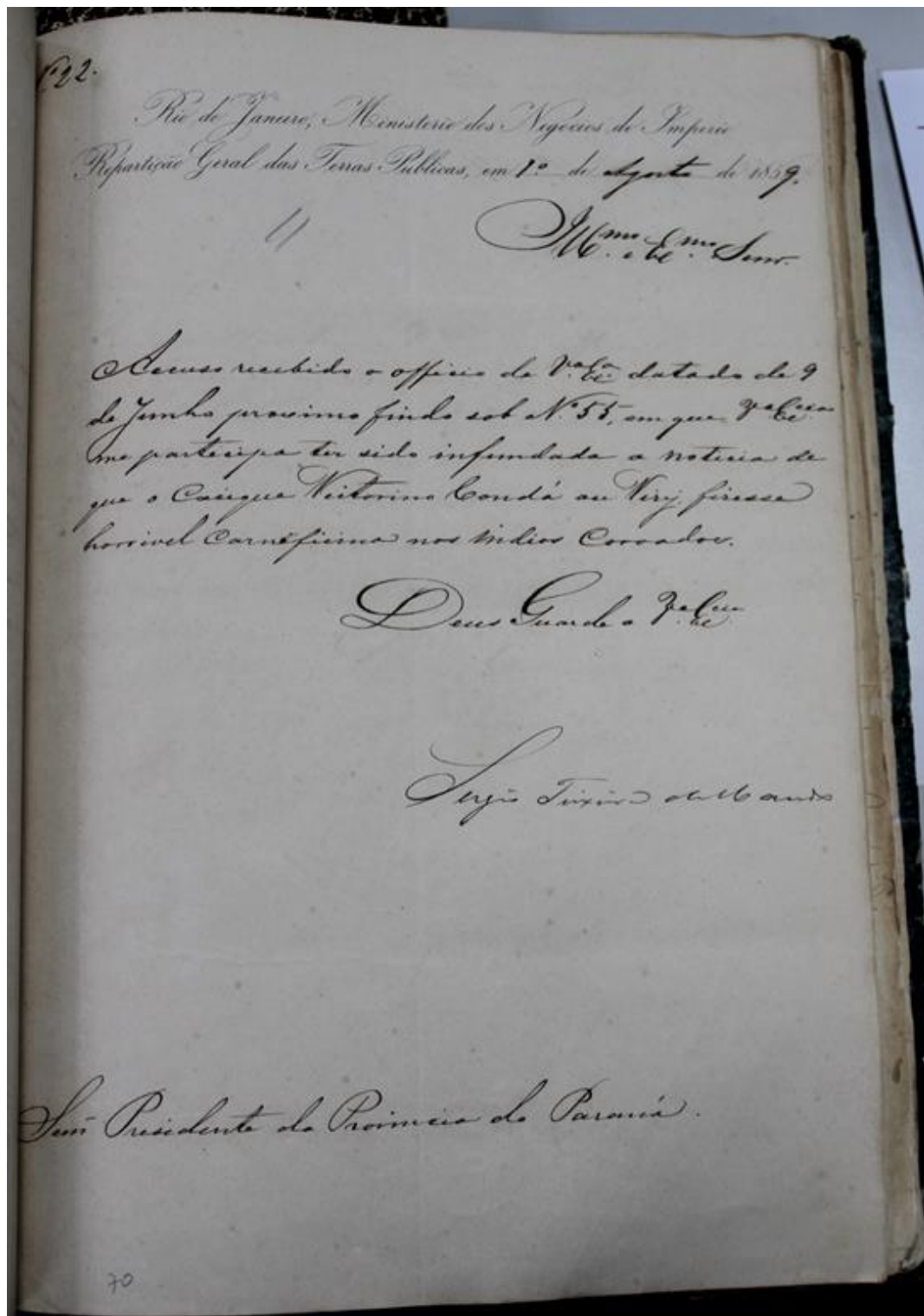
De: Pedro de S. Cortez, presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

Para: Francisco L. de Mattos, presidente da província do Paraná.

Data: 21/07/1858

A Câmara leva às mãos de V. Ex. a inclusa carta do venerando Dr. Fraivre, Diretor da referida Colônia, em que dando parte, e lastimando aquele acontecimento [um assassinado cometido por indígenas próximos da colônia Tereza (PR)], apresenta como meio mais próprio de resgatar a mulher e o filhinho do poder dos selvagens mandar-se o Capitão Victorino Condá, ou o Cacique Veri com sua gente apôs [em perseguição] dos agressores à ver se os reduz à catequese com cuja opinião nos conformamos pois é o único meio de obter-se o resgate daquela infeliz, e por isso esta Câmara roga a Vossa Excelência sirva-se dar à isto sua aprovação, expedindo ordens neste sentido.

Documento 5



Verbete 0265 (1859) – recebimento de ofício que confirma a inocência dos caciques em uma suposta carnificina de indígenas Coroados

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 5

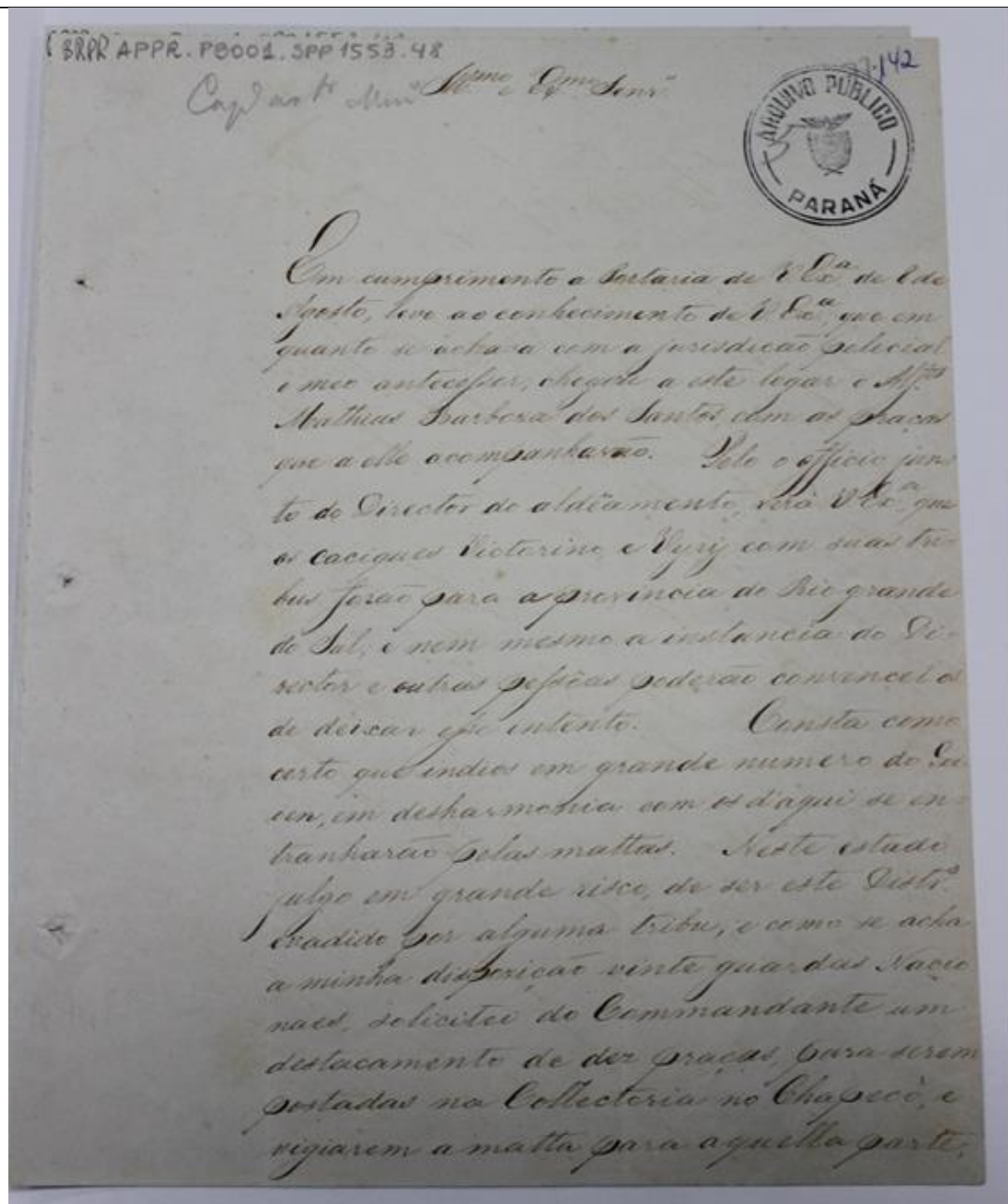
De: Sérgio T. de Macedo, ministro do Império.

Para: José F. Cardoso, presidente da província do Paraná.

Data: 01/08/1859

Acuso recebido o ofício de V. Ex. datado de 9 de junho próximo findo sob nº 55, em que V. Ex. me participa ter sido infundada a notícia de que o Cacique Victorino Condá ou Veri fizessem horrível carnificina nos índios Coroados.

Documento 6



Verbete 0006H (1859) – pedido de reforço da Guarda Nacional frente a possibilidade de embate entre Veri e Condá contra indígenas de Goio-Ên (RS)

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 6

De: José J. de Almeida, subdelegado de polícia, 2º suplente de Palmas

Para: José F. Cardoso, presidente da província do Paraná

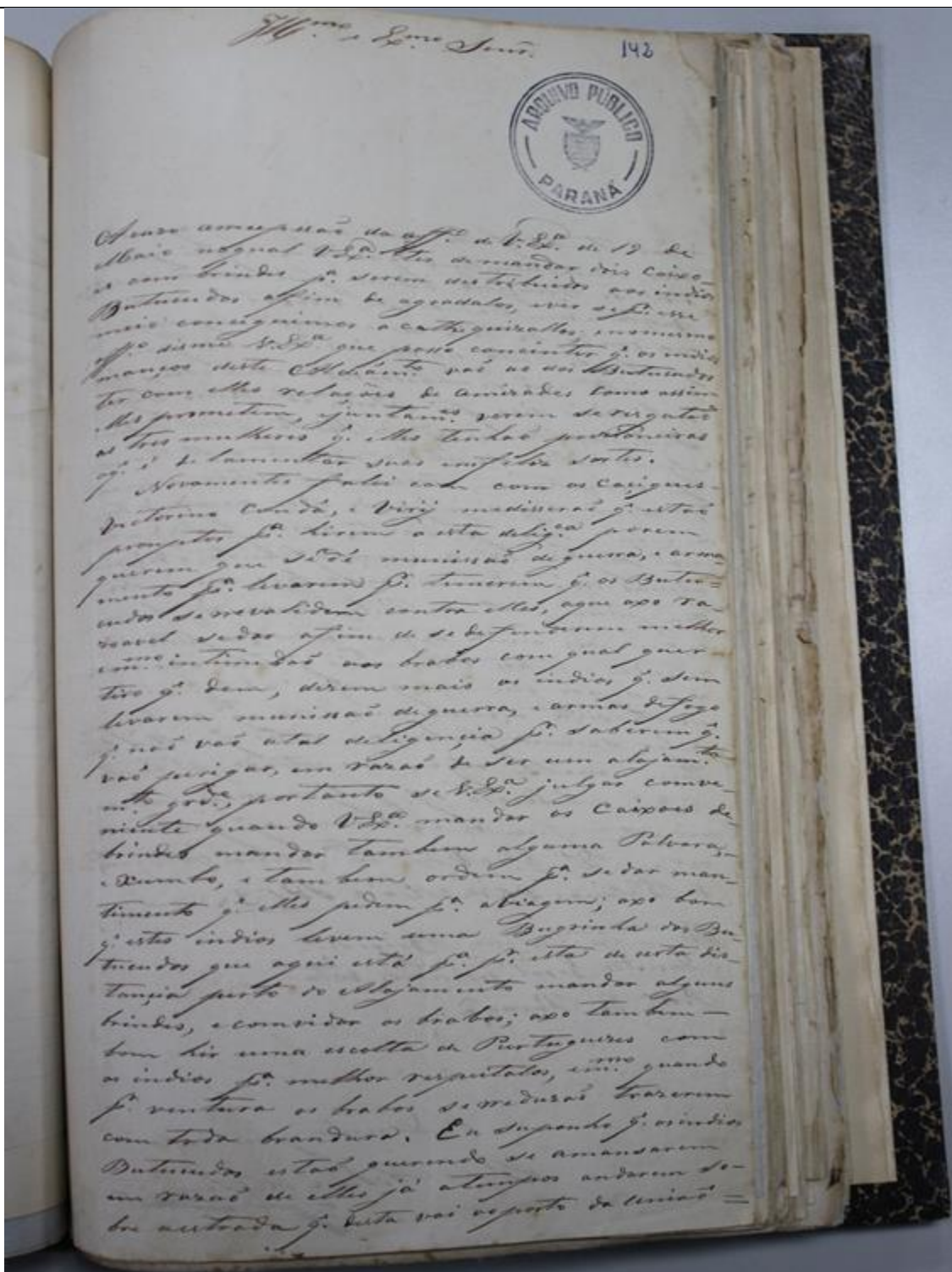
Data: 29/09/1859

[...] Pelo ofício junto do Diretor do aldeamento, verá Vossa Excelência que os caciques Victorino Condá e Veri com suas tribos foram para a província do Rio Grande do Sul; e nem mesmo a instância do Diretor e outras pessoas poderão convencê-los de deixar esse intento. Consta como certo que índios em grande número do Goio-Ên*, em desarmonia com os daqui se entranharam pelas matas. Neste estado julgo em grande risco, de ser este Distrito invadido por alguma tribo[...].

Não há notícias dos índios que foram para o Goio-Ên, os quais temo que queiram se embrenhar pelas matas; o que será um grande mal: torna-se mister que para isso não acontecer, quando eles voltem, sejam tratados com docilidade.

*região na divisa entre os atualmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, próxima a Chapecó.

Documento 7



Verbetes 0700 (1863) – pedido de brindes e munições para que Condá e Veri tentem estabelecer amizade ou combatam indígenas Bocudos que a região de Porto da União (PR)

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 7

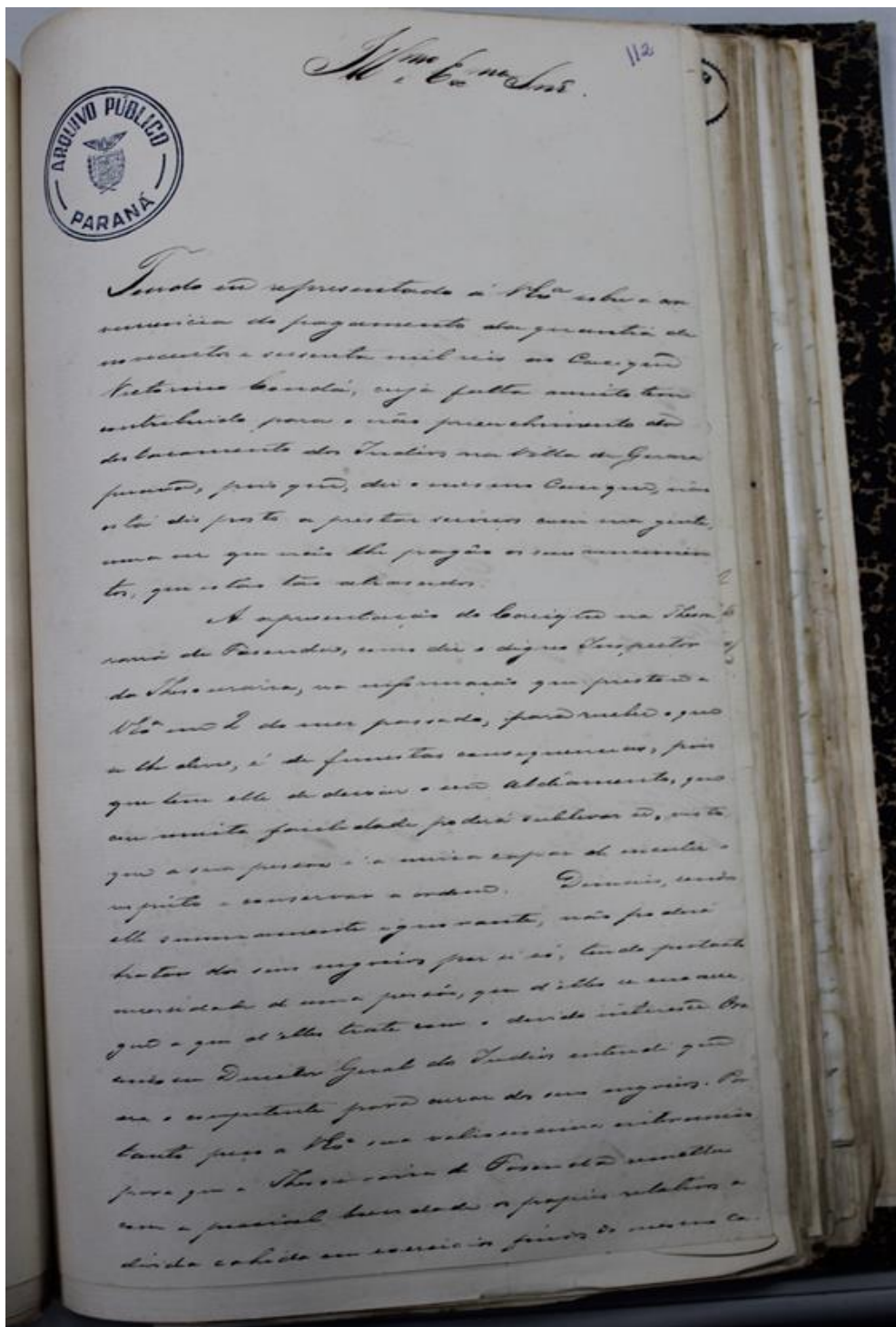
De: Francisco F. da Rocha, diretor-geral dos índios da província do Paraná

Para: Antônio B. G. Nogueira, presidente da província do Paraná

Data: 26/05/1863

Novamente falei com os caciques Victorino Condá, e Veri me disseram que estão prontos para irem a esta diligência porém querem que se dê munição de guerra, e armamento para levarem por temerem que os Botocudos se revalidem contra eles, o que acho razoável se dar a fim de se defenderem melhor e mesmo intimidam aos brabos com qualquer tiro que deem, dizem mais os índios que sem levarem munição de guerra, e armas de fogo que não vão a tal diligência por saberem que vão perigar, em razão de ser um alojamento muito grande, portanto se Vossa Excelência julgar conveniente quando Vossa Excelência mandar as caixas de brindes [para amansar os Botocudos] mandar também alguma pólvora, e chumbo, e também ordem para se dar mantimento que eles pedem para a viagem [...].

Documento 8



Verbete 0929 (1864) – pedido de pagamento a Condá (que estava atrasado) pois ele é o único que consegue arregimentar os indígenas que habitam na região de Guarapuava

Questões indígenas no Paraná: seqüências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 8

De: Francisco F. da R. Loures, diretor-geral dos índios da província do Paraná.

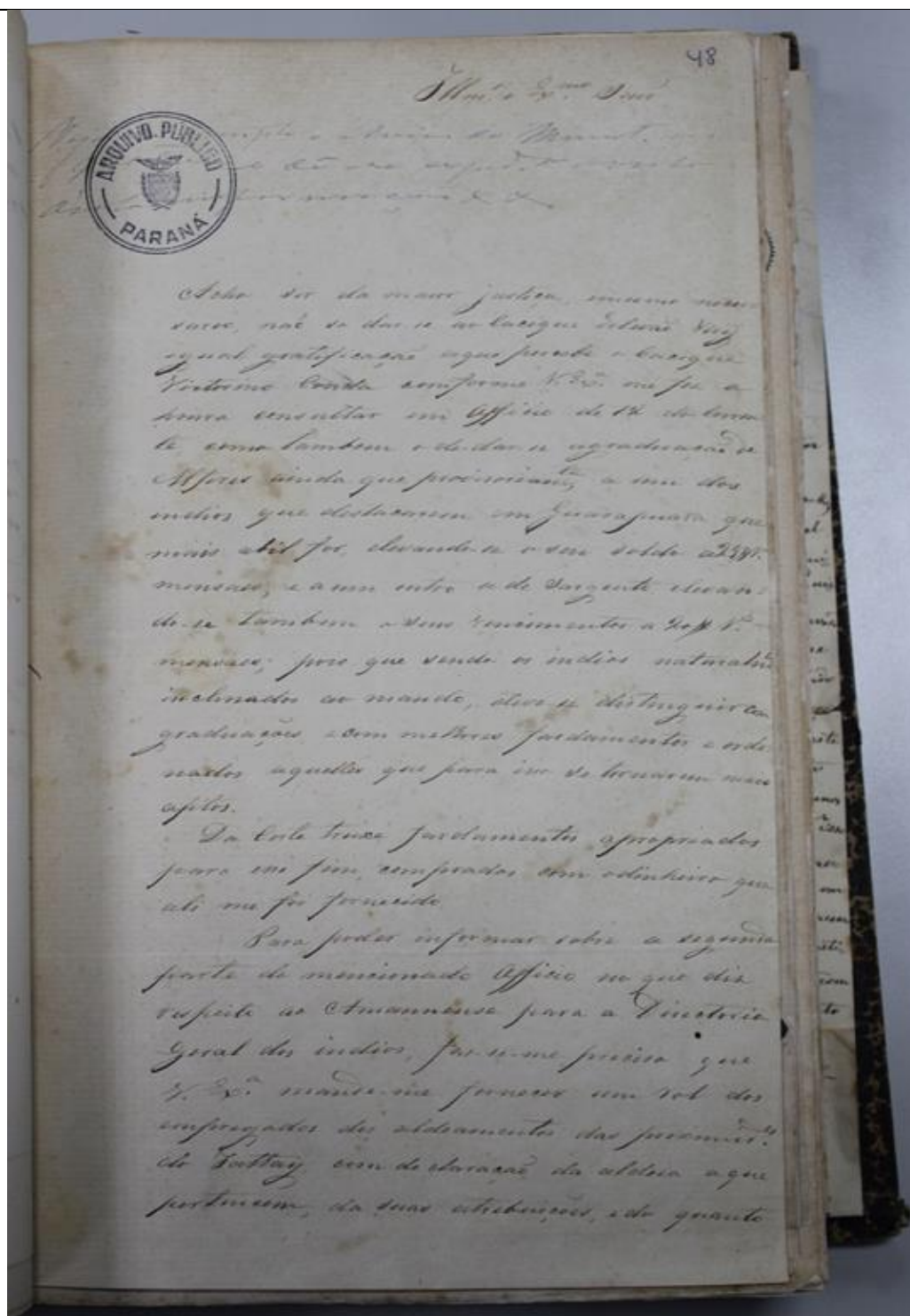
Para: José J. do Carmo, presidente da província do Paraná.

Data: 19/05/1864

Tendo eu representado à Vossa Excelência. sobre a conveniência do pagamento da quanto de novecentos e sessenta mil réis ao Cacique Victorino Condá, cuja falta muito tem contribuído para o não preenchimento do destacamento dos Índios na Vila de Guarapuava, pois que, diz o mesmo Cacique, não está disposto a prestar serviços com a sua gente, uma vez que não lhe pagam os seus vencimentos, que estão tão atrasados.

A apresentação do Cacique na Tesouraria da Fazenda, como diz o digno Inspetor da Tesouraria, na informação que prestou a Vossa Excelência no [dia] 2 do mês passado, para receber o que se lhe deve, é de funestas consequências, pois que tem ele de deixar o seu aldeamento, que com muita facilidade poderá sublevar-se, visto que a sua presença é a única capaz de incutir o respeito e conservar a ordem.

Documento 9



Verbete 0978 (1864) - informe de que Veri deveria receber um aumento para ter o mesmo salário de Condá, e ambos mereceriam graduações militares e fardas

Questões indígenas no Paraná: seqüências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 9

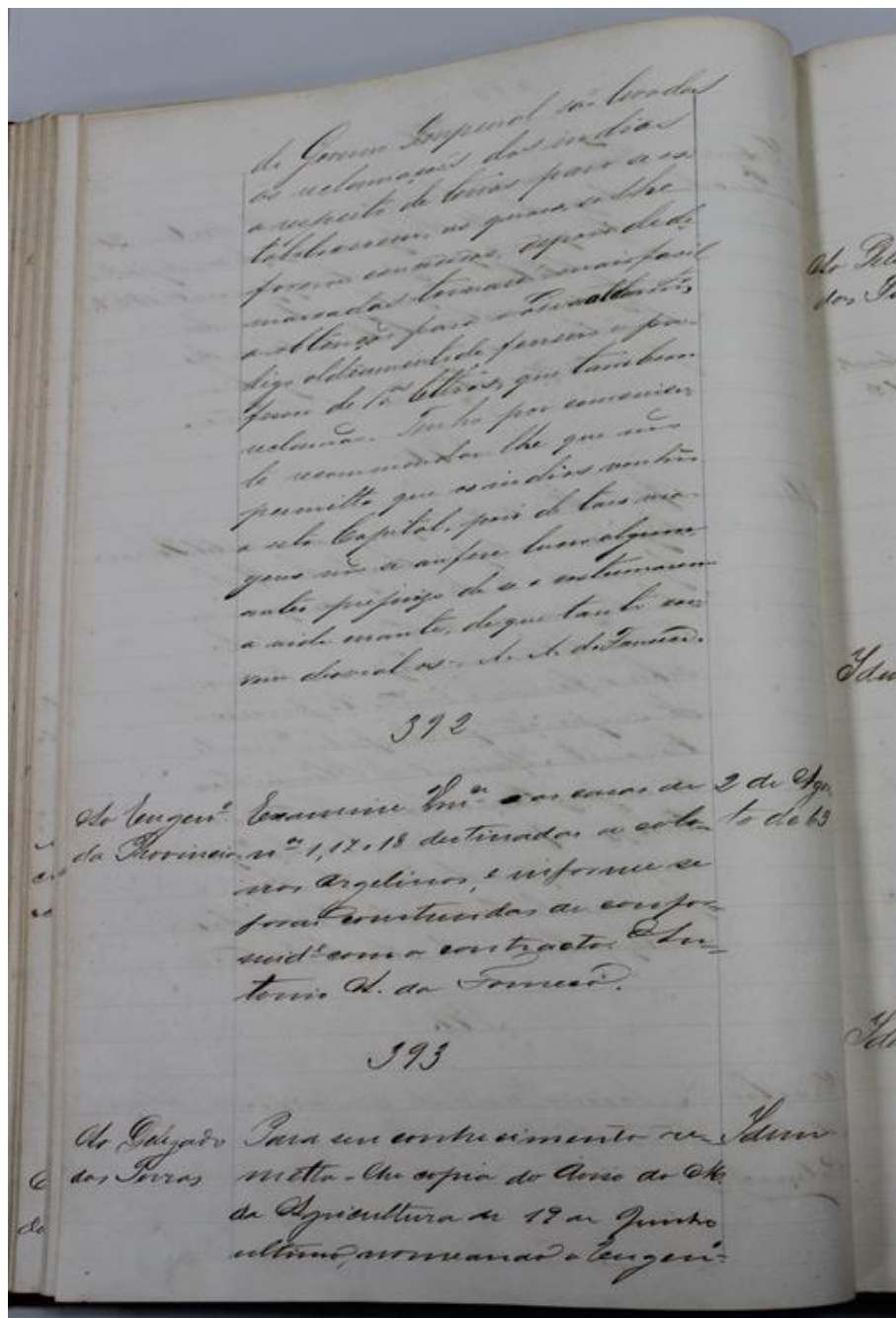
De: Francisco F. da R. Loures, diretor-geral dos índios da província do Paraná

Para: José J. do Carmo, presidente da província do Paraná

Data: 14/08/1864

Acho ser de maior justiça, mesmo necessário, não se dar-se ao cacique Estevão Veri igual gratificação a que percebe o cacique Victorino Condá conforme Vossa Excelência me fez a honra consultar em ofício de 12 do corrente [mês], como também a de dar-se graduação de Alferes ainda que provisoriamente, a um dos índios que destacassem em Guarapuava que mais hábil for, elevando-se o seu saldo a 25 mil réis mensais, e a um outro o de Sargento, elevando-se também os seus vencimentos a 20 mil réis mensais; pois que vendo os índios naturalmente inclinados ao mando, deve-se distinguir com graduações e com melhores fardamentos e ordenados aqueles que para isso se tornarem mais aptos.

Documento 10



Verbetes 1402 (1869) – informa o recebimento do pedido de Condá por reconhecimento imperial da demarcação de suas terras, envio de um professor de primeiras letras e um ferreiro, ao mesmo tempo, o presidente da província do Paraná pede que não se permita que indígenas voltem à Capital para fazer demandas por não ser benéfico a eles mesmos

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 10

Fonte 1402

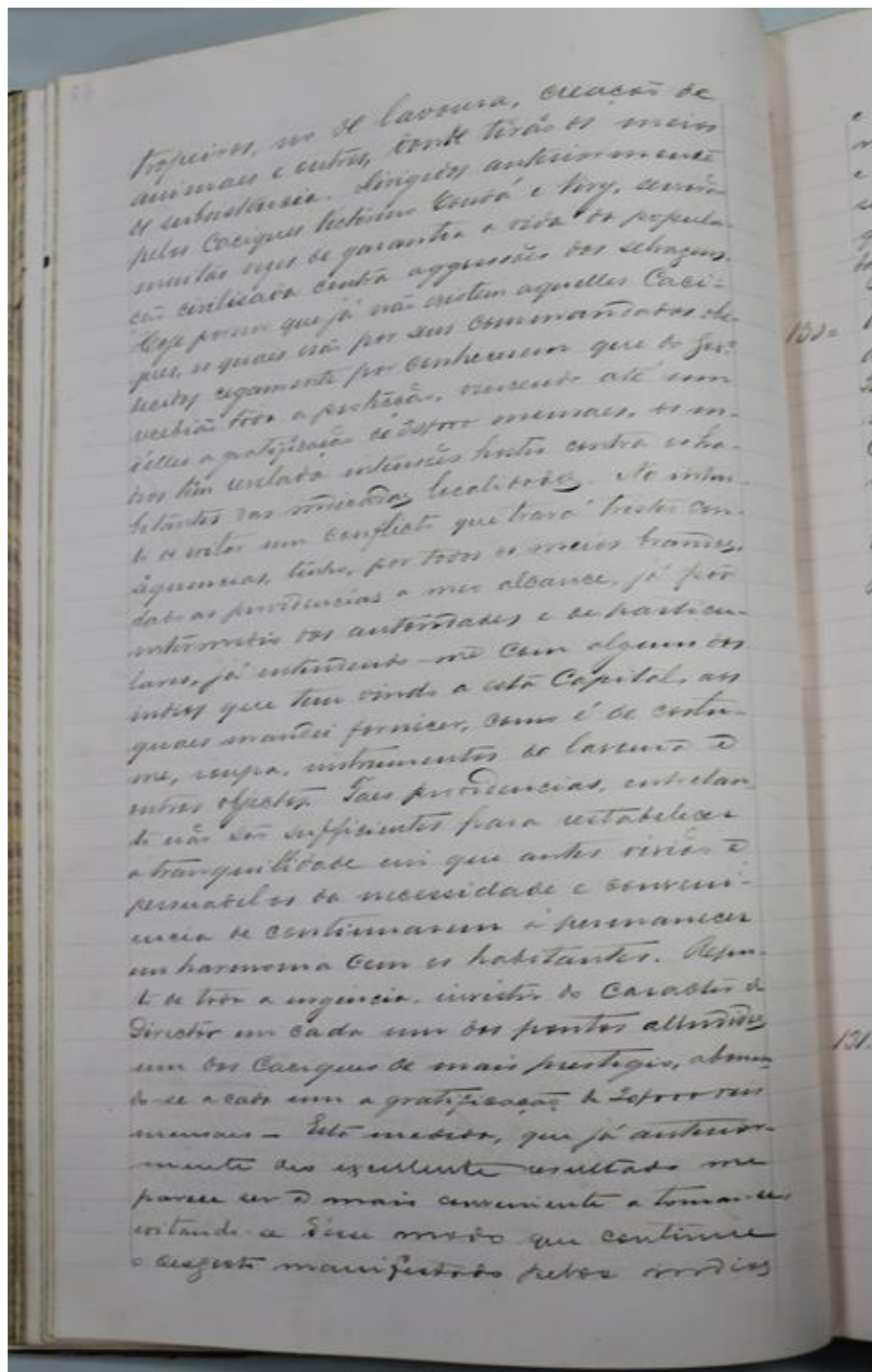
De: Antônio A. Fonseca, presidente da província do Paraná

Para: Pedro R. de Souza, diretor dos índios de Palmas

Data: 30/07/1869

Acuso recebido seu ofício de 25 de maio último participando a vinda dos índios sob o comando de Condá e expondo suas necessidades. A presença do Governo Imperial são levadas as reclamações dos índios a respeito de terras para se estabelecerem, as quais, se lhe fossem concedidas, depois de demarcadas tornará mais fácil a obtenção para [...] o aldeamento de ferreiro e professor de primeiras letras, que também reclamam. Tenho por conveniente recomendar-lhe que não permita que os índios venham a esta capital, pois de tais viagens não se aufere bem algum, antes prejuízo de se acostumarem a vida errante, de que tanto convém desviá-los.

Documento 11



Verbeta 0605 (1878) – avisa da hostilidade dos indígenas que estavam sob o comando dos falecidos Veri e Condá e pede para que novos caciques sejam ordenados com um pagamento inferior ao dos anteriores

Questões indígenas no Paraná: seqüências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição do documento 11

De: Rodrigo O. de O. Menezes, presidente da província do Paraná

Para: João L. V. C. de Sinimbu, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Data: 03/08/1878

Na Cidade de Guarapuava e freguesia de Palmas - existe estabelecido um grande número de índios em estado de adiantada civilização. [...] Dirigidos anteriormente pelos Caciques Victorino Condá e Veri, serviram muitas vezes de garantia à vida da população civilizada contra agressões dos selvagens. Hoje, porém que já não existem aqueles Caciques, os quais eram por seus comandados obedecidos cegamente [...], vencendo até um deles a gratificação de 30 mil réis mensais, os índios têm revelado intensões hostis contra os habitantes das indicadas localidades. No intuito de evitar um conflito que trará tristes consequências, tenho, por todos os meios brandos, dado as providencias a meu alcance, já por intermédio das autoridades e de particulares, já entendendo-me com alguns dos índios que tem vindo a esta Capital, aos quais mandei fornecer, como é de costume, roupa, instrumentos de lavoura e outros objetos. Tais providencias, entretanto não são suficientes para restabelecer a tranquilidade em que antes viviam [...]. Reputo de toda a urgência, investir do caráter do Diretor em cada um dos pontos atendidos um dos Caciques de mais prestígio, abonando-se a cada um a gratificação de 20 mil réis mensais.

Documento 12



Filme *Terra Vermelha*, de Marco Bechis (Brasil/Itália, 2008, 1h39m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nOCFZWF_Wb4>. Acesso em: 01/10/2022.

Crítica sobre o filme, disponível em <https://www.planocritico.com/critica-terra-vermelha-2008/>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Catálogo seletivo de documentos: referentes aos indígenas no Paraná provincial. Coleção pontos de acesso, v. 3 e 4.* Curitiba: Imprensa Oficial, 2007. Disponível em: <<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Colecao-Pontos-de-Acesso>>. Acesso em: 01/08/2022.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade e decolonialidade no ensino de história e cultura indígena. In: FELTRIM, Fábio & WITTMAN, Luíza Tombini (Org.). *Protagonismo indígena na História.* Tubarão: Copiart/UFS, 2016.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga, Os índios do Brasil em perspectiva histórica: possibilidades de trabalhar a História Indígena em sala de aula. In: COELHO, Wilma de Nazaré Bafa et al. (Org.) *A Diversidade em discussão: inclusão, ações afirmativas, formação e práticas docentes.* São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.

FARIAS, Victor. Câmara terá 5 deputados indígenas, recorde histórico. *G1*, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/04/camara-tera-5-deputados-indigenas-recorde-historico.ghtml>>. Acesso em: 04/12/2022.

MACHADO, André Roberto A. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle de sua mão-de-obra (décadas de 1820 e 1830). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 166-195, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://revistatopoi.org/site/topoi34>>. Acesso em: 25/10/2022.

MALAGE, Katia Graciela Jacques Menezes. *Condá e Viri: chefias indígenas em Palmas - PR, década de 1840.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25514>>. Acesso em: 25/10/2022.

NIMUENDAJÚ, Curt (1944). *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* [mapa]. Escala 1:2.500.000. Disponível em: <<http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/?fbclid=IwAR3n10Cuwi37KxIle3LFVjKGj6leZy8pqnP6Woev6mQEempZutWZ2IUIDd4>>. Acesso em: 01/10/2022.

POTIGUARA, Eliane. A inclusão dos povos indígenas na sociedade de informação. *UNDIME*, 2003. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/a-inclusao-dos-povos-indigenas-na-sociedade-de-informacao>>. Acesso em: 04/12/2022.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Política indigenista de aldeamentos no Paraná no século XIX

Autora principal: Nathaly de Moraes Dias

Orientadora: Ana Cláudia Urban

Objetivo: trabalhar a política de aldeamentos em dois pontos cruciais:

1. Discutindo a ideia de assimilação dos indígenas, como e porque uns são considerados mais “selvagens” que outros;
2. Compreender a política indigenista a partir do aldeamento, enquanto expansão territorial do Império brasileiro.

Ano/Série: 8º Ano do Ensino Fundamental II

Unidade temática: O Brasil no século XIX, considerando o objeto de conhecimento Políticas de extermínio do indígena durante o Império (BNCC, 2018, p. 426).

Competências: (EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império; (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império (p. 427).

Encaminhamentos didáticos

Sugerir atividades que proporcionem uma leitura crítica por parte dos/das alunos/alunas no que diz respeito ao tratamento e descrição que autoridades relegaram aos indígenas no período imperial. Problematicar ainda que, paralelo ao projeto de catequização, havia uma questão exclusivamente territorial de expansão e definição das fronteiras, em um contexto conflituoso de formação de muitos países na América Latina.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documentação utilizada

Alguns documentos utilizados fazem parte da coleção Pontos de Acesso, do Arquivo Público do Paraná. Outros documentos são mapas e dados presentes principalmente no acervo da Biblioteca Nacional Digital e no site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passíveis de problematização ao longo do roteiro.

Texto de apoio - Os aldeamentos

Durante o período colonial, os indígenas foram escravizados na forma do trabalho cativo e da “administração”. Desde o desenvolvimento das feitorias, os colonos desejavam suprir sua escassa mão de obra para os empreendimentos, os jesuítas interessavam-se pela catequese, e a Coroa via nos nativos a possibilidade de um poderio militar. Assim, para unir os interesses, foram criadas as “aldeias” e nelas os indígenas exerceriam atividades agrícolas. Para que indígenas ocupassem estes territórios, utilizou-se da chamada “guerra justa”, deixada de lado após o extermínio de boa parte dos nativos do litoral; do resgate, onde os prisioneiros de guerra que fariam parte do ritual antropofágico eram trocados por mercadorias europeias, devendo assim trabalhar para seu “salvador”; e por fim, através do “descimento” onde os missionários faziam expedições “diplomáticas” para atrair os nativos através do evangelho.

Foi principalmente deste último método que se originaram os aldeamentos: para que os indígenas fossem civilizados através do trabalho, suprimindo necessidades de mão-de-obra. Paralelamente, os senhores que estivessem sob posse dos nativos, deveriam zelar pela vida dos indígenas mantendo-os alimentados e sobretudo educá-los nos “bons costumes” cristãos. Tornando-se um processo lucrativo, importante comentar que alguns aldeamentos foram se esvaziando ao longo do tempo, pois muitos colonos não “devolviam” os indígenas para os aldeamentos e estes permaneciam cativos de um único senhor, além disso, a captura para posterior administração dos nativos também era empreendida pelos bandeirantes. A questão

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

territorial em relação aos aldeamentos ao longo do período colonial apresentou consequências no desenrolar de uma política indigenista, podendo ser sintetizada nas palavras de Gomes (2012):

Desde 1604, a legislação portuguesa proíbe o uso das terras indígenas por brancos. Entretanto, as invasões eram legitimadas pelas câmaras municipais que aforavam terras indígenas a moradores que nelas se instalavam, contribuindo tanto para o aumento da oferta de escravos indígenas quanto para o aumento da população branca (p. 246)

Outros momentos são de grande importância para compreender os aldeamentos em seus moldes no século XIX. A criação do *Diretório dos Índios*, em 1757 pelo Marquês de Pombal, compreendido como o documento essencial para a civilização dos indígenas a partir do trabalho. Definia por exemplo, a proibição das línguas indígenas nas aldeias, a proibição da nudez e habitações coletivas e o incentivo à mestiçagem, bem como a transformação das aldeias em povoamento. Todavia, em 1798, o diretório pombalino é anulado, mas os indígenas continuam sendo compreendidos como incapazes de se autogerir. Neste mesmo ano, a escravização dos indígenas foi extinta, pelo menos legalmente, e Gomes destaca que a extinção foi “uma mudança de interpretação do estatuto de etnicidade indígena: os índios escravos não são mais reconhecidos como índios” (p. 249). Por fim, já no século XIX, o projeto de José Bonifácio solidifica a intenção de introduzir os indígenas no mundo branco através do trabalho assalariado e domesticação do cotidiano, ao propor civilizar os indígenas através de “presentes” para posterior incorporação destes nos costumes, língua e vestuário, religião (GOMES, 2012). É importante salientar que as propostas de José Bonifácio e do Marquês de Pombal podem ser facilmente espelhadas no modelo de aldeamento ao longo do século XIX.

Desta forma, a política de aldeamento no século XIX se configurou em uma política indigenista, na qual a administração dos aldeamentos foi norteadada pelo viés religioso a partir do binômio catequização e civilização, para diluir as etnias indígenas na sociedade em prol de uma unidade nacional em busca à época, e a diminuição dos

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

ataques a colonos e viajantes, sobretudo porque alguns aldeamentos estavam próximos de colônias militares (MARCANTE, 2012). Como visto, as expedições nesse sentido já ocorriam há tempos, porém agora serão um serviço do Estado ganhando destaque o grande interesse pela incrementação do acesso à mão-de-obra, em um contexto de transição de escravidão para o trabalho assalariado, e a expansão territorial, sobretudo em áreas menos exploradas⁵. A questão territorial é destaque neste contexto, Marcante destaca:

Entretanto, particularmente a expansão agrária, estes objetivos não dependiam necessariamente da diluição das nações indígenas frente à unidade pretendida para a nação brasileira. Neste sentido, a política indigenista imperial continha um caráter fragmentado ou, melhor dizendo, seus objetivos podiam ser desmembrados, em especial a expansão agrária podia adquirir relevo frente à incorporação dos grupos autóctones à sociedade não indígena. Entendo que é nesta perspectiva que a questão territorial pode ser encarada como a essência da política indigenista do Império, particularmente no Segundo Reinado (MARCANTE, 2012, p. 10)

Um novo regulamento foi promulgado em 1845, o *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*, o qual continua o incentivo às artes mecânicas, à produção de alimentos e comercialização destes para a autossustentação dos aldeamentos, ao tratamento diferenciado aos indígenas “bem comportados” através do oferecimento de terras para o cultivo, pois assim ocupavam terras que conheciam. A partir da questão territorial, os serviços prestados aos colonos se darão na forma de atividades, como abertura de estradas e derrubada de árvores: é desta forma que o projeto propaga a cultura do trabalho entre os povos nativos. Em 1857 houve uma reforma e o *Regulamento das Colônias Indígenas do Paraná e do Mato Grosso* possibilitou que missionários gerissem os aldeamentos principalmente porque criticava-se a truculência que autoridades civis ofereciam aos indígenas, chegando a afugentá-los. Ademais, havia uma média entre 200 e 1500 aldeados e, ainda que tenham especificidades regionais, os obstáculos para atingir estes objetivos

⁵ A expansão territorial é vista ainda no emprego de funcionários às margens dos aldeamentos e das colônias militares para trabalhar nas plantações.

encontravam-se por todo o território brasileiro, sendo eles a falta de missionários, a pouca verba e a usurpação de terras doadas aos indígenas.

A historiografia tende a afirmar que houve pouca legislação em relação aos indígenas, sobretudo porque, após a anulação do diretório, apenas em 1845 houve uma nova regulamentação sobre a “questão indígena” (SAMPAIO, 2009). Todavia, é importante destacar que as práticas já empreendidas continuaram mesmo após a anulação do diretório; em 1808-1809, após a chegada da família real, o príncipe Dom João autorizou a guerra ofensiva contra os indígenas (Botocudos e “bugres”) e em 1831 os nativos foram direcionados a políticas de tutela. Isto se deve ao fato de que, de acordo com o jurista Bartolomé Clavero, o *status* dos nativos brasileiros estava pautado sob três aspectos: rusticidade, miserabilidade e minoridade. Neste sentido, há um vazio quanto a seus direitos, visto que não eram compreendidos como indivíduos a partir de uma concepção ocidental, mas houve leis para lidar com a contínua administração (MARCANTE, 2012).

Após 1870, os aldeamentos e a catequização foram muito criticados, pois não levavam em consideração os costumes indígenas. Em meio às críticas, destacam-se nos relatórios posteriores como a incorporação de alguns grupos indígenas, a diminuição dos ataques e a expansão do território foram pontos positivos, mesmo não alcançando as grandes expectativas. Em todo caso, as autoridades questionavam se a catequização seria a melhor forma para a desejada incorporação e optaram pela educação como um intermédio para o “mundo civilizado”. Todavia, as escolas eram pouco eficientes pela falta de frequência e de pouca verba. Para finalizar, é importante um rápido comentário. Marcante analisa as relações compadrio entre indígenas e não-indígenas no aldeamento paranaense São Pedro de Alcântara e defende que não houve evidente diluição das etnias indígenas, mesmo quando incorporadas à sociedade “civilizada”. Através das atividades exercidas no aldeamento e a maneira como os grupos se relacionavam com autoridades civis e religiosas para inserir-se nesta sociedade, possuem aspectos que possibilitam mapear e diferenciar os grupos Kaiowá, Guarani-Ñandeva e os Kaingang (MARCANTE, 2012).

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

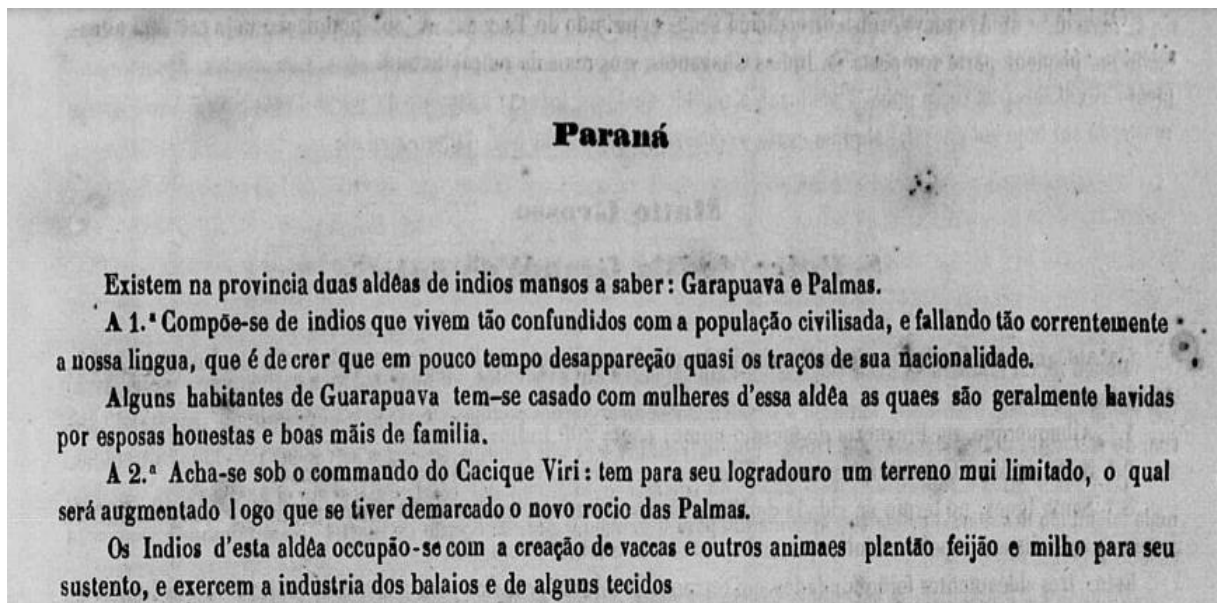
Com relação às atividades, é possível que seja feita uma aula expositiva e depois as perguntas; porém, seria mais produtivo trabalhar com as questões de maneira oral, distribuindo as fontes aos estudantes, pois os textos foram pouco ou nada alterados com relação à gramática do século XIX e, ainda, apresentam características presentes nas descrições que podem ser desmistificadas ao longo da aula.

ATIVIDADES

I - Observe os documentos 1 e 2. O primeiro foi retirado do Relatório do Ministério do Império de 1855, e descreve as atividades dos indígenas aldeados; já o segundo texto, faz parte de um ofício onde o Diretor Geral dos Índios aconselha a criação de aldeamentos a partir de algumas atividades. Em seguida, responda:

1. Quais são as atividades desempenhadas pelos indígenas?
2. São muito diferentes das atividades que os indígenas exerciam em suas aldeias?
3. O que justificaria a existência de um aldeamento?
4. A partir do segundo extrato, caracterize como os indígenas são descritos. A partir de que parâmetro eles são considerados “última classe da sociedade”?

Documento 1



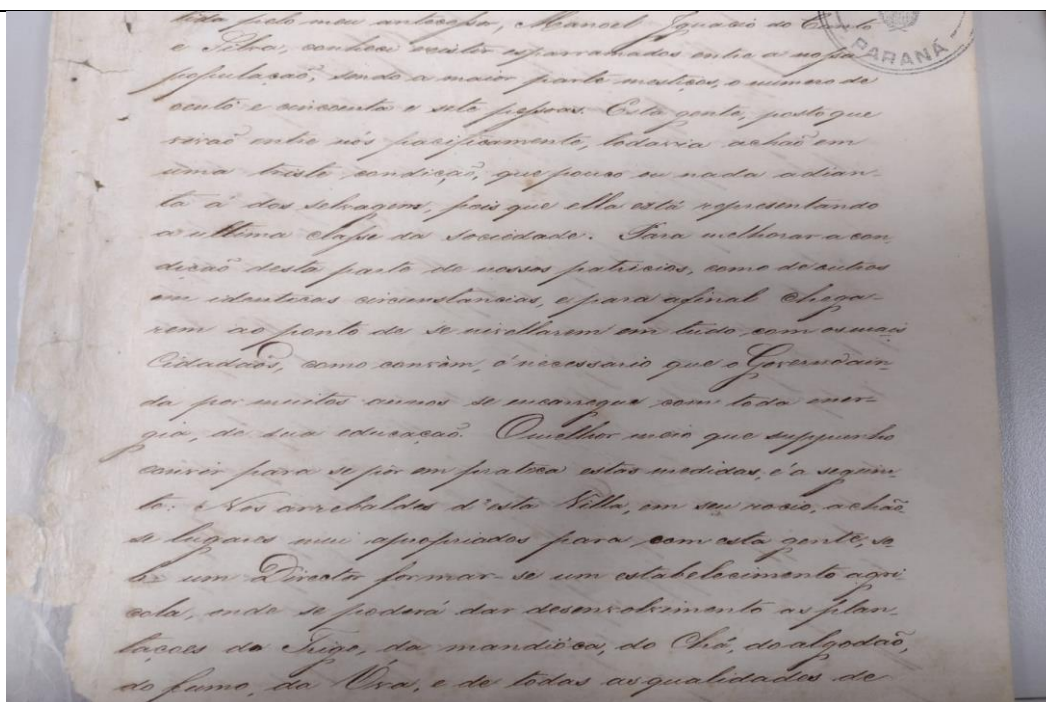
Trecho retirado do Relatório do Ministério do Império, 1840/1855. Ministério do Império. p. 51. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 2



Esta parte, mais conhecida, e chamada Iguaçu de Curitiba
 e Itaipu, contém muitos estabelecimentos entre a maior
 população, sendo a maior parte mestiça, e número de
 cento e sessenta e sete pessoas. Esta gente, posto que
 vive em meio pacífico, todavia achou em
 uma triste condição, que pouco se nada adian-
 ta a dos selvagens, pois que ella está representando
 a ultima classe da sociedade. Para melhorar a con-
 dição desta parte de nossos patrios, como de outros
 em idénticas circumstancias, e para afinal chega-
 rem ao ponto de se desenvolverem em tudo com outras
 Cidades, como convém, é necessario que o Governador
 da pro. murtos annos se empenhe com toda ener-
 gia, de sua educação. Querthor mais que suppyto
 enviar para se pôr em pratica estas medidas, e a segun-
 do: Nos arredores d'esta Villa, em seu nome, achão
 se lugares muy apropriados para, com esta gente, se
 ha um Director formar se um estabelecimento agri-
 cola, onde se podera dar desenvolvimento as plan-
 tages de Caca, de mandioca, de Cão, do algodão,
 do fumo, do Uva, e de todas as qualidades de

BR APPR. PB 001. DGI.15.20

batatas e de frutas; não faltando das de milho e fei-
 joa, por serem plantações muy breves entre nós.
 Qualquer de estas plantações, havendo em sua cul-
 va a necessaria ferramenta, seria bastante para em
 communidade ao cabo de algum tempo, abastecer
 os de necessario para suas subsistencias, sendo que
 teria o mercado seguro de todas estas generos na
 ta Villa. No entanto é necessario marcar se mais
 algum terreno se achão em lugar apropriado, que
 a todo o tempo lhes sirva de patrimonio. Formado
 assim este estabelecimento, talvez que até servisse
 de norma a outros que se tentão de estabelecer. Quan-
 to a educação moral que se deve presentemente mi-
 nistrar-lhes, é a mesma de 1.^{as} Letras e Musica aos
 meninos de ambos os sexos, que tiram de donde con-
 vos para baixo, dando se o estranger ao Povo de

Fonte: Ofícios trocados entre o diretor geral dos índios, chefe de polícia e o vice-presidente da província do Paraná, 1855, documento BR APPR PB 001 DGI.15.20.
 Acervo: Arquivo Público do Paraná.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Transcrição de trechos do documento 2

Conheci existir esparramados entre a nossa população, sendo a maior parte mestiços a número de 187 pessoas. Esta gente posta que serão entre nós pacificamente, todavia achão em uma triste condição que pouco ou nada adianta a dos selvagens, pois que ella esta representando a ultima classe da sociedade [...]. O melhor meio que supponho convir para se por em pratica estas medidas é a seguinte: nos arredores d'esta villa em seu rocio, achão-se lugares mui apropriados para com que o director [...] forme um estabelecimento agricola, onde se poderá dar desenvolvimento as plantações de trigo, da mandioca, do chá, do algodão, do fumo e de todas as qualidades de batata e de frutas não fallando as do milho e do feijão, por serem plantações mui triviais entre nós. Qualquer destas plantações, havendo em sua cultura a necessária perseverança servia bastante para em communidade ao cabo de algum tempo abastece-los do necessário para sua subsistencia.

[...]

Os Indios d'esta aldea occupão-se com a criação de vaccas e outros animaes plantão feijão e milho para seu sustento, e exercem a indústria dos balaios e de alguns tecidos. Em meado do anno proximo passado fora assaltada a casa de um fazendeiro, visinho d'esta aldea, por uma horda de selvagens [...] (BRASIL, 1855, p. 51).

II. Observe os documentos 3 e 4, e responda:

1. Como são descritos os indígenas “bem comportados”?
2. Quais aspectos eram levados em consideração para estas descrições?
3. Como a “guerra justa” aparece em ambos os textos? São semelhantes?
4. Como a integridade física e a proteção ao indígena variam entre os dois documentos?
5. Analise criticamente e compare os dois textos, problematizando o que estava previsto em lei e o que ocorria na prática com os indígenas⁶.

⁶ Neste ponto, o discente pode aproveitar para levantar o debate em torno da tutela indígena, os embates legais ao longo do século XIX e que seu aspecto paternalista protegia os indígenas considerados “comportados”.

Documento 3

Art. 1º Haverá em todas as Províncias um Director Geral de Indios, que será de nomeação do Imperador. Compete-lhe:

§ 3º Precaver que nas remoções não sejam violentados os Indios, que quizerem ficar nas mesmas terras, quando tenham bem comportamento, e apresentem um modo de vida industrial, principalmente de agricultura. Neste ultimo caso, e enquanto bem se comportarem, lhes será mantido, e ás suas viúvas, o usufructo do terreno, que estejam na posse de cultivar.

Fonte: Decreto nº 426 - Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilisação dos Indios, de julho de 1845. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>

Documento 4

Capital da referida Provincia. O Governo julga objecto de summa importancia que os Indigenas sintão o peso de nossas armas, quando nos accommetterem; mas con vem que elles experimentem tambem pela nossa liberalidade os efeitos da civilisação, para que mais facilmente abandonem a vida errante, e barbara, em que se conservão, e abracem a que se lhes offerece. Cum-

Fonte: Trecho retirado do Relatório do Ministério do Império. 1840/1855, p. 28.

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>).

Transcrição

“O Governo julga objecto de summa importancia que os Indigenas sintão o peso de nossas armas, quando nos accommetterem; mas con vem que celles experimentem tambem pela nossa liberalidade os efeitos da civilisação, para que mais facilmente abandonem a vida errante, e barbara, em que se conservão, e abracem a que se lhes offerece.” (BRASIL, 1840, p. 28).

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

III. Observe os mapas – documentos 5 e 6.

No primeiro deles, estão representados grupos indígenas distribuídos ao longo do território paranaense no início da colonização. Em seguida, no outro mapa, estão marcados os territórios indígenas, na atualidade, no século XXI. Compare os dois mapas a fim de problematizar as seguintes questões:

1. Quais as mudanças ocorridas ao longo dos séculos?
2. Quais acontecimentos podem explicar essas mudanças?
3. Os indígenas continuam espalhados ao longo do território? E como isso se relaciona com a política indigenista imperial?

Documento 5



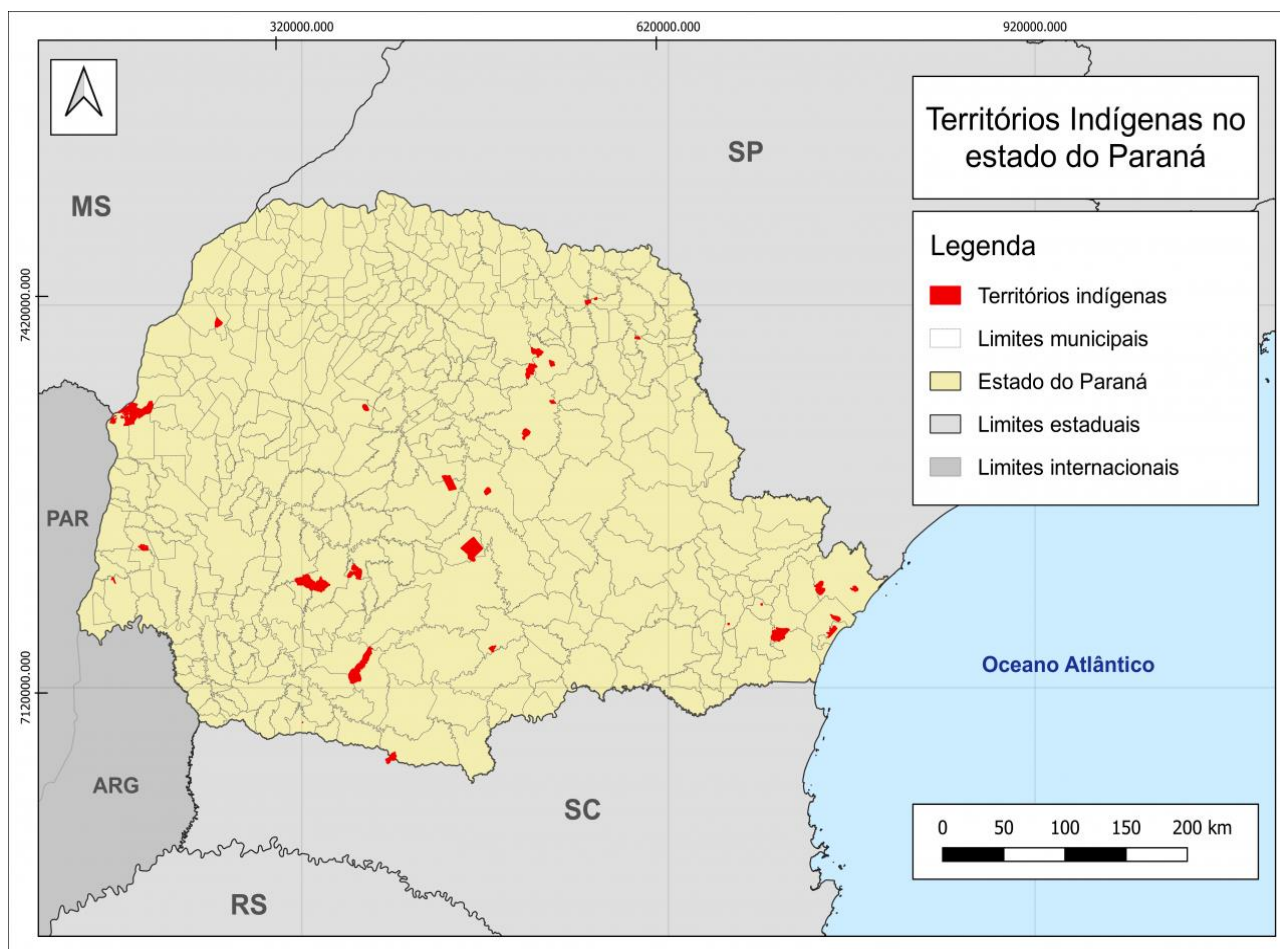
Mapa 1. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-nasceu-ha-10-mil-anos-1q0kg73v7hayozuzj8t1bkh8u/>. Acesso em: 01 nov 2022.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 6



Mapa 2. Disponível em:

<https://direito.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=249>.

Acesso em: 02 dez 2022.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

IV. Após observar ambas as fontes 7 e 8, responda as questões:

1. Como e onde os indígenas aparecem em cada uma das fontes?
2. De que forma a crença de que após uma longa convivência com a “população civilizada” influenciou na migração forçada dos indígenas de suas terras?

Documento 7

[...] falando das duas aldeias de índios mansos a saber: Guarapuava e Palmas. Compõe-se de índios que vivem tão confundidos com a população civilizada e falando tão correntemente a nossa língua, que é de crer que em pouco tempo desapareção quasi os traços de sua nacionalidade (BRASIL, 1840, p. 51).

Fonte: Trecho retirado do Relatório do Ministério do Império. 1840/1855, p. 51.

Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>.

Documento 8

**População indígena, por situação do domicílio,
segundo a localização do domicílio – Brasil - 2010**

Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572 083
Terras Indígenas	517 383	25 963	491 420
Fora de Terras Indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Brasil Indígena. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/o-brasil-indigena-ibge-1>. Acesso em: 17 set 2023.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

V. De acordo com o Supremo Tribunal Federal a Tese do Marco Temporal:

“é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam na data de promulgação da Constituição de 1988. Ela se contrapõe à teoria do indigenato, segundo a qual o direito dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas é anterior à criação do Estado brasileiro, cabendo a este apenas demarcar e declarar os limites territoriais”.

Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514462&ori=1#:~:text=Marco%20temporal%20%C3%A9%20uma%20tese,promulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201988..>

Acesso em: 20 set 2023.

Felizmente, em 22 de setembro de 2023, por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o Marco Temporal inconstitucional. Porém, a bancada ruralista, grupo mais interessado na retirada dos indígenas das terras, se mobiliza para tentar anular a decisão do STF, a partir de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), visando a anular a decisão do Supremo. (Fontes: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/09/22/o-que-acontece-se-marco-temporal-passar-no-congresso-apos-decisao-stf.htm> e <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/09/27/senado-aprova-urgencia-votacao-marco-temporal.htm> Acesso em: 29 set 2023).

Leia as matérias indicadas (documentos 9 e 10), e responda:

1. A partir de que momento a história dos indígenas brasileiros começa? E qual história é veiculada sobre os indígenas antes de 1988? E antes de 1500?
2. Quais as consequências do Marco Temporal para as populações indígenas? Como ele afeta seus direitos, a sua cultura, sua forma de se ver no mundo...?

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

3. Redija um pequeno texto pontuando quais as relações entre as políticas indigenistas e a tese do Marco Temporal: como ambos afetaram e afetam a história e identidade dos grupos indígenas?

Para isso, o professor pode propor que os estudantes pesquisem melhor sobre os ataques aos grupos indígenas e as suas manifestações na atualidade, sobretudo no que diz respeito ao Marco Temporal. Neste sentido, é possível relacionar a tese com as políticas de desapropriação de terras indígenas no século XIX, e mesmo anteriores, até a atualidade, no intuito de combater a invisibilidade histórica das ressurreições indígenas e compreender os últimos séculos a partir de suas resistências contra a manutenção de políticas genocidas.

Sugestões

Para servir de auxílio e retomada de conteúdo, sugere-se passar o episódio “Guerras da Conquista” presente no documentário “Guerra no Brasil.doc” (documento 11) onde são relatados os primeiros contatos entre indígenas e europeus. Desta forma, será exposto o histórico violento que os povos indígenas sofreram ao longo dos séculos que podem servir de auxílio aos alunos nos momentos de discussão. O episódio está disponível na internet.

Documento 9



Matéria: Marco Temporal levará à extinção de povos indígenas e regularizará grilagem', diz professor da USP. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/08/14/marco-temporal-levara-extincao-de-povos-indigenas-e-regularizara-grilagem-diz-professor-da-usp/>. Acesso em: 20 set 2023.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 10



Matéria: “Marco Temporal: os indígenas do MA na manifestação em Brasília,” de 2 de setembro de 2021. Disponível em: <https://portalguara.com/marco-temporal-os-indigenas-do-ma-na-manifestacao-em-brasilia/>. Acesso em: 20 set 2023.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

Documento 11



Episódio Guerras da Conquista, presente na série “Guerras no Brasil.doc” de 2020,
Direção: Luiz Bolognesi. Disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=A2xZ1PWzeeU> Acesso em 08/09/2023.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. MAPA - *Memória da Administração Pública Brasileira. Diretorias/Diretores-Gerais de Índios*. 11 nov 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/312-diretores-diretoria-geral-dos-indios>. Acesso em: 15 ago 2022.

BRASIL. *Decreto nº 426 - de julho de 1845*. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 03 dez 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 Jul 2022.]

BRASIL. *Relatório do Ministério do Império. 1840/1855*. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968>, Acesso em: 03 dez 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARCANTE, Maicon Fernando. *Aldeados e africanos livres: relações de Compadrio e formas de inserção no aldeamento de São Pedro de Alcântara (Paraná 1855-1895)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28519>. Acesso em: 05 mai 2022.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial - 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.175-206. https://www.academia.edu/1004494/Pol%C3%ADtica_indigenista_no_Brasil_imperial

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

REFERÊNCIAS SOBRE A TEMÁTICA INDÍGENA

Trazemos abaixo algumas sugestões sobre o tema e/ou o tema e o ensino de História. Buscamos priorizar referências que se encontram disponíveis de forma gratuita e digital.

BARROSO, Miriam M. C. *“Queremos mais histórias indígenas e Xavante”*: leituras de estudantes Xavante sobre os indígenas no livro didático de História. Dissertação – Programa de Mestrado Profissional em ensino de História. Cuiabá: UFMT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601138>

BICALHO, Poliene S.S., OLIVEIRA, Fernanda A.S., MACHADO, Márcia. ‘Mas Eles São Índios de Verdade?’: representações indígenas na sala de aula. *Educação e Realidade*, 43 (4), out/dez 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/rNFkv6dF3DpRhygnppWPLQb/?lang=pt#>

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (orgs) Dossiê Ensino de História Indígena. *Revista História Hoje*. ANPUH – Brasil, vol. 1, n. 2, p. 13-19, dez. 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/38/28>.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Território Extinto: Análise dos discursos e práticas Guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 2 n. 2, p. 87-106, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/1160>.

BRITO, Antonio G. (org.) *Povos Indígenas: educação, história e decolonialidade*. Curitiba – PR: Ed. Bagai, 2023. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/719998>

CIMBALUK, Lucas. *A criação da Aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucarantina: "política interna", moralidade e cultura*. 2013. 250f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/31869>. Acesso em: 20 set. 2023.

COSTA, Wanderleya N.G. As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de matemática. *Educação em Revista*, 25 (2), Ago 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/6m4JcM8LFsZjpmgGnvG47j/?lang=pt#>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

FERREIRA, Eva Maria Luiz. *A participação dos Índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da companhia Matte Laranjeira (1902 - 1952)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados - MS, Setor de Ciências Humanas, Dourados, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/160>>.

GALDINO, Crislene Bueno de Carvalho. *Temática indígena no ensino de história: os Avá-Guarani e a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1973-1982)*. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/74137>. Acesso em: 20 set. 2023.

GIACOMETTI, Renata Brockelt. *A construção da autonomia dos povos indígenas: histórico da legislação indigenista e a sua dimensão política*. 2021. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/74753>.

GOMES, Alessandra. *Narrativas indígenas nas aulas de História: análise de livros didáticos para produção de material digital*. Dissertação de Mestrado, Mestrado Profissional em Ensino de História. Florianópolis - SC: UDESC, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/728678>

GUTIERREZ, José Paulo. *Culturas e História dos povos indígenas (8º módulo - Legislação e direitos dos povos indígenas)*. Campo Grande - MS: Ed.UFMS, 2014. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600663>

HOFFMANN, Volnir. *Astronomia: resgate dos conhecimentos astronômicos dos povos indígenas Avá-Guarani*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2021. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/28527>

JURACHEK, Fabio. *A construção das fronteiras meridionais do Brasil: uma oficina didática para ensino de história*. 2022. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/81249>.

LIMA, Jorge. *O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no Ensino de História*. Orientadora: Vera Lucia Caixeta. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, TO, 2016. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173222>>.

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA – UFPR - <https://mae.ufpr.br/>

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA – UFPR. *Jaguareté, o encontro* (jogo de RPG e livro para o professor). Disponível em <https://mae.ufpr.br/jaguarete-o-encontro/>

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA – UFPR. *Jaguareté: desafios da floresta* (jogo). <https://mae.ufpr.br/jaguarete-desafios-da-floresta/>

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA – UFPR. *Catálogo Amazônia Viva: Tyryeté Kaxinawá*. Disponível em <https://mae.ufpr.br/catalogo-amazonia-viva-tyryete-kaxinawa/>

PEREIRA DE MELO LIMA, Regina. *Múltiplos olhares no ensino da temática indígena: história e cultura Guarani na educação básica*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Florianópolis – SC: UDESC, 2018. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601533>

SABCHUK, Franciele. *Entre prescrições e práticas: uma proposta para a formação continuada de professores no trabalho com a questão indígena no ensino de História para as séries iniciais, no Município de São José dos Pinhais*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Maringá: UEM, 2020. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574174>

SILVA, Edson. Povos Indígenas e Ensino de História: subsídios para a abordagem da Temática Indígena em sala de aula. *História & Ensino*, Londrina, v. 8, p. 45-62, out. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12228/0>.

ZANON, Leny R. *A temática indígena na escola: possibilidades e desafios entre a prática e a teoria*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717669>

Questões indígenas no Paraná: sequências didáticas para o ensino de História

Nadia G. Gonçalves (org). Curitiba-PR: UFPR, 2023.

Disponível em <https://educacao.ufpr.br/ensinodehistoria/>